

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UMA CARAVELA APORTA NO CANAVIAL?

O “novo” desenvolvimentismo na zona da mata
norte de Pernambuco à luz das teorias decoloniais

MARIA EDUARDA DA SILVA

Recife, julho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UMA CARAVELA APORTA NO CANAVIAL?

O “novo” desenvolvimentismo na zona da mata
norte de Pernambuco à luz das teorias decoloniais

Maria Eduarda da Silva

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em
Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de
Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Sardá de Faria

Coorientadora: Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen

Recife, julho de 2019.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586c Silva, Maria Eduarda da
Uma caravela aporta no canavial? O “novo” desenvolvimentismo
na zona da mata norte de Pernambuco à luz das teorias
decoloniais / Maria Eduarda da Silva. – 2019.
57 f. : il.

Orientador: Mauricio Sardá de Faria.

Coorientadora: Julia Figueredo Benzaquen.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais,
Recife, BR-PE, 2019.

Inclui referências.

1. Goiana (PE) – Aspectos sociais 2. Goiana (PE) – Aspectos
econômicos 3. Industrialização 4. Desenvolvimento econômico –
Zona da Mata (PE : Mesorregião) I. Faria, Mauricio Sardá de, orient.
II. Benzaquen, Julia Figueredo, coorient. III. Título

CDD 300

AGRADECIMENTOS

Poderia dedicar inúmeras laudas desse trabalho a escrever o quão grata sou às inúmeras pessoas que fizeram parte, influenciaram e tornaram minha trajetória possível da maneira que foi, afinal, foram inúmeras. À todos vocês, inclusive aqueles que aqui não conseguirei mencionar, meus mais sinceros votos de gratidão.

Gratidão à Universidade Federal Rural de Pernambuco pela oportunidade de ocupar um lugar político no mundo, por custear minha experiência inicial na produção do conhecimento científico e por manter-se ativa em sua dimensão humana diante de todos os ataques que a educação pública, gratuita e de qualidade sofre no Brasil. A *escrevinhação* é falha diante da gratidão e carinho que tenho pela minha *alma mater*.

Ao Departamento de Ciências Sociais por fornecer os instrumentos necessários para minha formação acadêmica e por posicionar-se lado a lado dos estudantes ao longo de nosso processo formativo.

Ao professor Mauricio Sardá de Faria, meu orientador, por ter me concedido a oportunidade de iniciar a vida no mundo das pesquisas, pela orientação ao longo do processo e pela sensibilidade e apoio singular.

À professora Julia Benzaquen, minha coorientadora, por quem sempre nutri admiração pelas qualidades acadêmicas, pela grande educadora que é e pela humildade e generosidade no trato.

À minha mãe, Sandra Maria, por dedicar a sua vida à minha. A realização dos meus sonhos é fruto de seu sacrifício e doação imensuráveis.

Às amigas queridas que fiz ao longo da graduação, Carolina Lins, pela verdade e partilha dos gestos ao longo dos anos e Isis Santana, pela amiga singular que é e pela sinceridade e alegria que transmite.

Aos meus amigos Caio Alves, João Angeiras e Janderlan Araújo, pelos sorrisos e histórias que partilhamos ao longo dos anos e à minha amiga Sarah Correia, por me acolher e colorir o último ano da minha graduação.

Ao professor Fabio Bezerra de Andrade por ser um grande intelectual e educador, e por ter dedicado horas a me auxiliar no debate de ideias e me fornecer uma vasta bibliografia para a implementação desse trabalho.

À professora Maria Auxiliadora por me acolher com sua postura maternal em momentos difíceis, e me transmitir fé e afeto ímpares.

Ao professor Paulo Afonso Brito por conservar em seu trato acolhimento, sensibilidade e carinho pelos estudantes e, por nessa reta final, ter sido tão compreensivo comigo.

Ao meu grande amigo Luan Marcolino, que com sua imensa bondade me inspira a ser um ser humano melhor a cada ato, você está sempre comigo e sou muito do que somos juntos.

À amizade singular da minha querida Larissa Moreira, por fortalecer minha condição humana, me regar com seu cuidado e por exaltar minhas capacidades sempre que minhas energias haviam se esgotado ao longo desse trabalho. Lhe amo com carinho terno de irmã.

E ao meu companheiro, Matheus Henrique, pelo apoio intelectual, emocional, psicológico e afetivo em todos os âmbitos, e especialmente pelo comprometimento, amizade e amor que renovaram as energias necessárias para a construção desse trabalho.

DEDICATÓRIA

À minha avó, Lindinalva Amara da Silva, que
pavimentou o caminho da vida com
abnegação e ternura para que eu estivesse
aqui e hoje me assiste por entre as estrelas.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo lançar um olhar sobre a recente industrialização do município de Goiana/PE, localizado na Zona da Marta Norte do estado, a partir da perspectiva decolonial. Ao longo dos últimos anos, a região vem recebendo adensamentos industriais significativos que reconfiguram sua realidade social e econômica, historicamente marcada pelo cultivo e comercialização da cana-de-açúcar. A política industrial implementada em Goiana, é fruto das ideias neodesenvolvimentistas, que propõem uma nova experiência de desenvolvimento nacional, na tentativa de superar as consequências do programa econômico liberalista. O objetivo seria aliar crescimento econômico com políticas de redistribuição e bem-estar social, definindo a política industrial como um vetor dessa estratégia. Essas ideias inspiraram a criação do Novo Desenvolvimentismo Brasileiro (NDB), o conjunto de políticas de desenvolvimento implementadas a partir do primeiro Governo Lula (2002). Entretanto, do ponto de vista prático, esse “novo” desenvolvimentismo não rompe com o discurso economicista - desenvolvimentista anterior no que tange sua noção de desenvolvimento igualmente aliada à princípios mercadológicos, ratificando um projeto desenvolvimentista que fomenta a reprodução de desigualdades. Os resultados do presente trabalho mostram que olhando para a recente industrialização de Goiana, é possível perceber um projeto desenvolvimentista pensado de fora para dentro, fruto da confluência de interesses das elites capitalistas nacionais e internacionais, que nega as especificidades históricas da região ao desenvolver não o município, mas um padrão de poder que se origina com a modernidade e suas conseqüentes formas de dominação que ultrapassam a experiência do colonialismo a partir da colinialidade e do capitalismo.

Palavras-chave: Goiana, novo desenvolvimentismo, NDB, Industrialização, padrão de poder, decolonialidade.

RESUMIEN

El presente trabajo tiene el objetivo de analizar la reciente industrialización del municipio de Goiana / PE, ubicada en la Zona da Mata Norte del estado, desde una perspectiva decolonial. En los últimos años, la región ha estado recibiendo densidades industriales significativas que reconfiguran su realidad social y económica, históricamente marcada por el cultivo y la comercialización de la caña de azúcar. La política industrial implementada en Goiana es el resultado de ideas neo-descendientes, que proponen una nueva experiencia de desarrollo nacional, en un intento por superar las consecuencias del programa económico liberal. El objetivo sería combinar el crecimiento económico con políticas de redistribución y bienestar social, definiendo la política industrial como un vector de esta estrategia. Estas ideas inspiraron la creación del Nuevo desarrollismo brasileño (NDB), el conjunto de políticas de desarrollo implementadas desde el primer Gobierno de Lula (2002). Sin embargo, desde un punto de vista práctico, este "nuevo" desarrollismo no rompe con el anterior discurso economista - desarrollista con respecto a su noción de desarrollo igualmente aliado con los principios del mercado, ratificando un proyecto desarrollista que fomenta la reproducción de las desigualdades. Los resultados del presente estudio muestran que, al observar la reciente industrialización de Goiana, es posible percibir un proyecto desarrollista pensado desde adentro hacia afuera, fruto de la confluencia de intereses de las élites capitalistas nacionales e internacionales, que niega las especificidades históricas de la región a desarrollarse. sino un patrón de poder que se origina con la modernidad y sus consecuentes formas de dominación que van más allá de la experiencia del colonialismo del colonialismo y el capitalismo.

Palabras clave: Goiana, nuevo desarrollismo, NDB, Industrialización, patrón de poder, decolonialidad.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População dos Municípios do Polo Goiana (2010 e 2018)	44
Tabela 2 – Municípios do Polo Goiana: total de vínculos de emprego (2003-2017)	45
Tabela 3 – Municípios do Polo Goiana: Municípios Pernambucanos com maior volume de vínculos (2003-2017)	46
Tabela 4 – Municípios do Polo Goiana: Municípios Pernambucanos com menor volume de vínculo (2003-2017)	47
Tabela 5 – Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor industrial (2003-2017)	47
Tabela 6 – Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor agrícola (2003-2017)	48
Tabela 7 – Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor de comércio (2003-2017)	50
Tabela 8 – Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor de serviços (2003 - 2017)	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. MODERNIDADE, COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO.....	19
1.1. Modernidade: A narrativa silenciada.....	19
1.2. América Latina e Desenvolvimento: A reprodução de um padrão de poder.....	22
2. “NOVO” DESENVOLVIMENTISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO.....	26
2.1 “As bases ideológicas e teóricas do “Novo” Desenvolvimentismo.....	26
2.2. “Novo Desenvolvimentismo Brasileiro (NDB)	31
2.3 Industrialização no Nordeste.....	33
3. UMA CARAVELA APORTA NO CANAVIAL?	38
3.1 Goiana: do canavial ao início das indústrias.....	38
3.2. O Polo Goiana	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

O conjunto de epistemologias que compreendem as teorias decolonias emerge no cenário da produção de conhecimento para promover uma crítica ao eurocentrismo teórico das ciências sociais, fundamentalmente a partir da conformação do grupo de estudos latino-americano Modernidade/Colonialidade (M/C), composto, no final da década de 1990, por intelectuais de diversas áreas das humanidades tais como Anibal Quijano, Walter D Mignolo, Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein e Ramón Grosfoguel.

Uma das necessidade da conformação do M/C, parte da compreensão de que a pluralização do conceito de modernidade, que ganha escopo dentro das teorias da modernização a partir de críticas que consideram a existência de "modernidades múltiplas" ou "modernidades alternativas" (Eisenstadt, 2000), evidencia uma tentativa de compreender as diversas formas como a modernidade é desenhada e experienciada na contemporaneidade, mas não é capaz de transpor a racionalidade opressora que está intrinsicamente atrelada a ela e que é imposta ao mundo ao passo que o Ocidente se estabelece enquanto *locus* privilegiado de enunciação, uma vez que ainda pensa as diversas dimensões da experiência humana a partir do escopo da modernidade.

Na contramão, as teorias decoloniais propõem ainda uma análise diferenciada da crítica pós-colonial estruturalista latino-americana dos anos 1950/80, com escritos como os de Quijano (2010) e Casanova (2009), ao considerar além da variável econômica e política, os aspectos culturais e sociais, reconhecendo a existência de uma matriz colonial de poder (QUIJANO, 2000; 2010) que garante visibilidade para determinadas formas de existência e saberes e a invisibilidade de outros que passam a ser considerados inferiores.

Junto a perspectiva decolonial, a noção de *Epistemologias do Sul* (SANTOS, 2009), denuncia que a modernidade, a partir de seu expoente máximo, o colonialismo, trouxe, em sua dinâmica histórica, uma pedagogia etnocêntrico-dominante que reduz o conhecimento, o sentido da vida e as práticas sociais à uma única alternativa possível na experiência universal, a do Norte imperial. De acordo com Quijano (1997), tal racionalidade não se encerra com o fim do colonialismo histórico, mas se reproduz ao longo da experiência

moderna por meio da reprodução de um padrão de poder, ou seja, pelo sistema capitalista e suas noções de mundo eurocentradas, caracterizando o que ele chama de colonialidade.

Destarte, as teorias decoloniais buscam evidenciar processos de dominação e exclusão subsequentes a narrativa hegemônica e universalizante da modernidade, a partir da percepção de que o mundo é epistemologicamente diverso, e assim sendo, propõem uma transformação epistêmica, com novas teorias inerentes a América Latina.

Uma das noções que tem sido historicamente utilizada para hierarquizar países e regiões e legitimar relações de poder, e, portanto, uma das principais críticas da teoria decolonial, é a noção de desenvolvimento. Segundo Escobar (1995),

O desenvolvimento foi – e continua a ser em grande parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e a para baixo em gráficos de progresso (Escobar, 1995, p. 44).

No escopo da modernidade, tal concepção de desenvolvimento é imposta à realidade latino-americana e vem sendo nutrida ao longo dos anos, uma vez que a compreensão do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2005) se dá pela redução da noção de desenvolvimento determinada pelo sistema capitalista.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento do Norte, quando implementado no Sul materializa, a partir de seu caráter hegemônico, a implantação da noção colonial de que a única via de acesso ao desenvolvimento do Sul é a partir da importação de pacotes epistemológicos do Norte, do ponto de vista dos modelos econômicos, das práticas sociais, dos padrões de produção e consumo, do conhecimento e da perspectiva do que é desenvolvido do Norte, negando assim toda e qualquer dimensão humana, política, econômica e social que não seja um polo reprodutor do *modus operandi* do Norte.

É a partir desse arcabouço teórico que pretendemos lançar um olhar sobre a realidade brasileira e pernambucana, partindo da análise do “novo desenvolvimentismo e o projeto desenvolvimentista brasileiro que, inspirado em suas ideias, é implementado no início dos anos 2000, a partir da vitória eleitoral do governo Lula, o “novo” desenvolvimentismo brasileiro (NDB).

No que tange o “novo” desenvolvimentismo, partimos de suas bases ideológicas e teóricas. Após o esgotamento das políticas neoliberais dos anos 1990, capitaneadas, no Brasil, ao longo do governo de 8 anos de FHC, uma ressignificação do modelo de desenvolvimento se mostrava necessária para que o Estado brasileiro pudesse recuperar sua função de liderança. Ali, surge um conjunto de ideias apresentadas como alternativas tanto às políticas neoliberais como às socialistas, esse conjunto de ideias foi denominado “novo” desenvolvimentismo.

De maneira geral, para além de uma estratégia tradicional de crescimento econômico, esse “novo” desenvolvimentismo trazia para a centralidade do debate o eixo social, visando a implementação de políticas redistributivas, o que em grande medida representava seu caráter “novo”. São essas ideias que vão inspirar a construção do NDB, o conjunto de políticas de desenvolvimento pensadas pelo governo Lula para ressignificar a ideia e experiência desenvolvimentista nacional.

Entretanto, do ponto de vista prático, com a coalização política realizada com o PMDB, as políticas do NDB foram resumidas ao “novo” pacto de poder, caracterizado pela aliança entre os interesses das elites brasileiras e internacionais (entre elas o setor industrial) e os setores historicamente vinculados ao PT, como a classe trabalhadora, os sindicatos, as pautas dos movimentos sociais, etc. Segundo Lira (2015) “Isso contribuiu para a reprodução das matrizes do desenvolvimento baseado no crescimento econômico, na elevação da renda e na inserção social pelo consumo”.

É nessa confluência de interesses que nasce o fenômeno de adensamento industrial na Zona da Mata Norte de Pernambuco, mais especificamente no município de Goiana, eixo central dessa pesquisa. Nesse município, em menos de uma década, observa-se a efetivação de um conjunto significativo de investimentos produtivos industriais em três setores principais: farmacoquímico, automobilístico e vidreiro, contando ainda com indústrias de papel, alimentação (cervejeiras) etc. Tal condensação espacial reconfigura as relações sociais marcadas historicamente pela presença da cana de açúcar e estabelece novas dinâmicas econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais.

Pensar uma região que em um curto lapso temporal migra de seu histórico setor agropecuário, mais precisamente da cultura de cana de açúcar, para o setor industrial, bem como as novas dinâmicas estabelecidas com esse processo, como fruto de uma política desenvolvimentista que, *a priori*, objetiva conciliar crescimento e redistribuição, nos coloca diante da necessidade de situar o debate sobre o modelo de desenvolvimento (industrial) implementado no município, afim de ampliar nossa compreensão sobre a realidade social da região.

Para isso, levaremos em consideração, primeiro, a teoria decolonial latino-americana que nos permite enxergar, criticamente, processos de dominação historicamente ocultos sob noções de desenvolvimento pautadas pelo acúmulo de capital e *descartabilidade da vida humana*. Ao assumir a América latina enquanto um território singular, com suas próprias epistemologias, assumimos, consecutivamente, as diversas subjetividades que compõem esse território. Desse modo, ao mesmo tempo que utilizamos a teoria decolonial para dar conta da experiência e especificidades latino-americanas, no que tange, especialmente, sua crítica à noção de desenvolvimento, compreendemos a necessidade de pensar, segunda e especificamente o nordeste brasileiro, a partir das contribuições de Celso Furtado, que dedicou-se a evidenciar a realidade econômico-social do nordeste e os limites de pensar modelos de desenvolvimento, como a política industrial, que não correspondem as especificidades históricas de nossa região.

Segundo Furtado (1965), uma empresa capitalista quando implantada em uma região que passou pelo processo de colonização, e preserva uma estrutura econômica antiga, não consegue se vincular a esta região, uma vez que os lucros gerados não se integram na economia local. Nesse sentido, “*Uma caravela aporta no canavial?*”, analogia que intitula o presente trabalho, representa o questionamento do qual partimos: **é possível perceber a reprodução de um padrão de poder colonial na política industrial implementada no município goiana e se sim, em que medida?**

Destarte, assumimos como objetivo geral identificar e analisar as novas dinâmicas decorrentes da implantação do polo goiana, especificamente no município de Goiana/PE, norteando-nos pela teoria decolonial do

desenvolvimento – para considerar as especificidades da realidade latino-americana –, e pela teoria do desenvolvimento regional – para contemplar as especificidades do Nordeste brasileiro.

Como objetivos específicos, assumimos: a) apresentar a teoria decolonial do desenvolvimento; b) apresentar, brevemente, o “novo” desenvolvimentismo brasileiro e o NDB, procurando compreender de onde parte sua política industrial, bem como os apontamentos de Celso Furtado sobre industrialização e desenvolvimento no nordeste brasileiro; c) analisar as novas dinâmicas econômicas e sociais decorrentes do adensamento industrial no município de Goiana a partir de bases de dados, fontes primárias e discursos institucionais.

O interesse pela temática é fruto da experiência da autora como bolsista do programa de iniciação científica (PIBIC) – onde, no período entre julho de 2018 e julho de 2019, vem desenvolvendo uma pesquisa sobre o Polo Goiana¹ – e membra do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento (LABOR)/UFRPE. No âmbito da iniciação científica, entretanto, a pesquisa é focada no estudo acerca da recente industrialização no território em questão como ponto de partida para compreender a reconfiguração das relações de trabalho do local, caracterizando que é teoricamente referenciado nas contribuições da sociologia do trabalho e do desenvolvimento.

Já na presente pesquisa o foco do interesse investigativo é outro. A iniciação científica foi o ponto de partida para o contato com o território² em questão, entretanto, os interesses temáticos estão agora concentrados em entender não a reconfiguração das relações de trabalho em foco, mas lançar luz sobre um dos eixos da implementação do NDB, a política industrial, procurando identificar as consequências dessa política na realidade social de Goiana. Nosso foco é entender que desenvolvimento é esse e quais as suas implicações. Para isso, contamos, para além da teoria, com a apresentação de dados, fontes primárias e documento institucional que nos permitam acessar bases factuais do

¹ Projeto de iniciação científica intitulado “O Novo Desenvolvimentismo no Nordeste: a recente Industrialização na Zona da Mata Norte de Pernambuco e a Reconfiguração das Relações de Trabalho”, onde a autora é responsável pelo plano de trabalho intitulado “A Recente Industrialização na Zona da Mata Norte de Pernambuco e a Reconfiguração das Relações de Trabalho: Fontes Primárias, Discursos Institucionais e Base de Dados”.

² Por território aqui se compreende em larga escala o Polo Goiana e mais especificamente, o município de Goiana em si, foco de nossa pesquisa.

que vem acontecendo em Goiana com a conformação dos adensamentos industriais no município.

Do ponto de vista teórico, a realização deste trabalho se deu através de fontes bibliográficas, como livros e artigos científicos sobre teorias decoloniais, novo desenvolvimentismo, política industrial e a conformação do Polo Goiana, sob o ponto de vista de diversos autores. Do ponto de vista dos dados, utilizou-se I) tabelas e gráficos coletados e construídos a partir de bases de dados públicas como IBGE, IBGE cidades e RAIS, II) fontes primárias como publicações em jornais online e III) uma análise do diagnóstico feito pela HEMOBRÁS³ (2013). Todo esse processo é fruto de 1 ano de pesquisa, que acontece em paralelo com a iniciação científica. Para tanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e teórica.

Embora trabalho não seja o foco da pesquisa, é impossível não notar que um dos grandes *slogans* da implantação da indústria no município é a ideia de um “salto qualitativo”, representado pela geração de empregos e consecutiva distribuição de renda no território. Nesse sentido, os dados apresentados a partir das tabelas e os trechos de matérias de jornais, buscam expor o novo contraste populacional, econômico e da geração de empregos no município, afim de identificar e caracterizar esses impactos com ajuda do aporte teórico da bibliografia.

O presente trabalho é composto por três capítulos.

O primeiro, trata de situar o debate das teorias decoloniais, evidenciando de onde parte sua crítica, especialmente às noções de desenvolvimento difundidas pela modernidade europeia e seu lado mais oculto, seu caráter opressor. O objetivo do capítulo é apresentar as principais teorias que norteiam nossa pesquisa.

O segundo, dedicado a conceituação e debate sobre as bases ideológicas e teóricas do “novo” desenvolvimentismo, como ele se materializa na realidade brasileira a partir do NDB e sobre as especificidades históricas do

³ Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), localizada em Goiana-PE. Sendo essa a primeira fábrica de hemoderivados do Brasil, e a maior fábrica da América Latina, é, consecutivamente, a maior empresa do setor farmoquímico implantada no território.

desenvolvimento e industrialização na região Nordeste, a partir, especialmente, das contribuições de Celso Furtado. O objetivo do capítulo é entender que modelo de desenvolvimento é esse que chamamos de “novo” desenvolvimentismo, o quão “novo” ele é e como ele se desdobra na realidade brasileira, e regional.

O terceiro, mostrando um pouco da trajetória histórica de Goiana com a cana-de-açúcar, a conformação do polo, as empresas que compõe o município e os contratos que elas trazem para o território e que podem ser identificados a partir das tabelas expostas. O objetivo do capítulo é apresentar bem o nosso objeto e observar em que medida esses elementos citados se relacionam com a teoria na prática.

Sendo uma das atribuições das Universidades Públicas brasileiras a análise crítica tanto das noções de desenvolvimento, quanto dos processos e das transformações gerais que ocorrem no território em que está inserido, a pesquisa pretende contribuir para ampliar a compreensão das novas dinâmicas econômicas e sociais que decorrem da implantação de unidades industriais de grande porte na Zona da Mata Norte de Pernambuco, especificamente no município de Goiana/PE,

Tratando-se de um fenômeno recente, cujo processo ganhou projeção no início do século XXI, a pesquisa se revela importante, uma vez que busca contribuir para: a compreensão da realidade social do município de Goiana/PE, atualização do debate teórico sobre noções de desenvolvimento na realidade regional e nacional, pensar quais as relações do crescimento econômico com um real avanço qualitativo da vida dos sujeitos locais e o impacto dessas ideologias na trajetória da América Latina.

MODERNIDADE, COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO E

1.1 Modernidade: a narrativa oculta

“Los europeos piensan que solo lo que inventa Europa es bueno para el universo mundo y todo lo que sea distinto es execrable.”

Frase atribuída a Simon Bolívar por Gabriel García Márquez em *El General en su Laberinto*, 1989.

No primeiro momento, para que possamos compreender o debate acerca da teoria do desenvolvimento a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais, afim de visualizar as especificidades históricas da experiência latino-americana, faz-se necessário entender o ponto de partida constitutivo da racionalidade que nutre aquilo que se entende enquanto desenvolvido: a modernidade.

Fosse-nos dada a tarefa de definir o mundo moderno, assumindo este enquanto narrativa da contemporaneidade – haja vista existência de debates sobre uma pós-modernidade –, em duas características, “capitalista” e, consequentemente, “globalizado” soariam precisas. Em contraste, o mundo por volta de 1500 era, em resumo, seu inverso: “um mundo policêntrico e não capitalista, com diversas civilizações coexistentes, algumas com longas histórias e outras em processo de formação” (Mignolo, 2011, p.3). A transformação da ordem mundial, tal como era no século XV, nesta que conhecemos e vivemos hoje, foi historicamente propagada como fruto do “advento da modernidade”.

Nesse sentido, a modernidade foi difundida enquanto uma experiência que se origina no mundo europeu, responsável por construir a civilização ocidental enquanto celebra suas descobertas e conquistas fundantes, especialmente a expansão portuguesa desde o século XV, que atinge o extremo oriente no século XVI, e o “descobrimento” das Américas. Entretanto, “a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã.” (Idem, 2011, p.3). Destarte, a Europa moderna se apresenta enquanto centro da história mundial e, ao fazê-lo, estabelece todas as outras culturas que estão para além de seu território como sua periferia.

Dussel (2005), articula que a modernidade europeia possui uma lógica de caráter simultaneamente racional e irracional. Se, por um lado, ela vem imbuída de uma racionalidade salvatória e civilizatória, por outro lado justifica a práxis irracional de violência ao negar a existência de seu lado oculto, sob o mito de que:

- “1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera” (DUSSEL, 2005, p. 30)

A construção dessa imagem da civilização ocidental se deu alicerçada em uma matriz de dominação colonial que o sociólogo peruano Anibal Quijano denominou de colonialidade do poder. Trata-se de um sistema de controle social que serve para criar hierarquias entre populações, atribuindo papéis aos seus membros na sociedade, e entre regiões, criando uma divisão do trabalho (QUIJANO, 2005). A prática europeia de hierarquizar populações de forma institucionalizada tem origem nos critérios de “pureza de sangue”, que se espalharam pela Península Ibérica no século XVI. Segundos essas leis e decretos reais, de forte conteúdo cristão, os judeus sofriam limitações ao exercício do direito de propriedade e eram obrigados a converter-se ao cristianismo, enquanto os muçulmanos eram simplesmente expulsos da região. (MIGNOLO, 2003)

Quando a colonização das Américas teve início, em 1492, com a chegada de Colombo às ilhas caribenhas, um novo critério começou a ser utilizado: a cor

da pele dos indivíduos. O racismo passou a pautar a ideia de inferioridade das populações indígenas, na qual seus membros foram considerados seres portadores de “almas ingênuas”, que precisavam ser salvas pelos catequizadores. Pelo mesmo critério, os negros africanos foram reduzidos a simples objetos de troca. Essa categorização servia para definir os lugares e os papéis sociais correspondentes a cada um desses grupos. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 228).

A grande diferença relativa aos períodos anteriores foi que, a partir de 1492, a utilização de critérios de classificação das populações passou a responder a uma articulação mundial da produção capitalista. Ou seja, o que antes era restrito às relações entre Europa e Oriente Próximo, tornou-se constituinte de uma divisão do trabalho de escopo mundial. Foi a partir da colonização das Américas que surgiu o que MIGNOLO (2003) chama de “circuito comercial atlântico”, e deu-se o início, segundo WALLERSTEIN (2005), da economia-mundo capitalista. Em qualquer uma das definições, a América Latina foi incorporada, desde o começo, como periferia, ou como “extremo-Occidente” (MIGNOLO, 2003), se a Europa for tomada como referência.

A ideia de que o branco europeu era superior exigia, logicamente, a sua contraparte negativa, que era a destruição cultural dos outros povos. E aqui não se trata somente da dizimação física, em larga medida promovida pelo colonizador: trata-se do “desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, de imagens, de símbolos” (QUIJANO, 2005, p. 16), padrão esse que seria continuamente substituído por uma matriz europeia de conhecimento. Ou seja: a Europa considerou seu pensamento *local* como portador de uma verdade superior e *universal*, o que dava direito ao colonizador de não somente se apropriar das riquezas materiais e do trabalho das civilizações encontradas, mas também de impor-lhes sua forma de ver o mundo. Era o início do período histórico da modernidade europeia, que continua em vigor até dos dias de hoje, embora sofrendo os primeiros abalos significativos.

Na fase ibérica de dominação das Américas, ocorrida após a Renascença europeia, a colonização ainda estava erigida sobre o papel salvador do homem branco cristão, tendo Roma como epicentro intelectual. No entanto, a decadência do Império Espanhol, que mantinha uma estrutura social de

características feudais, na qual a exploração das colônias sustentava uma nobreza improdutiva, foi dando lugar à ascensão do Norte da Europa, principalmente de Holanda e Inglaterra, os novos centros dinâmicos dos circuitos capitalistas. Esses países, que já haviam rompido com Roma nas Reformas do século XVI, passaram a construir seus próprios critérios de superioridade civilizacional, com base no racionalismo e na crença nas ciências ocidentais. No século XIX, quando o imperialismo inglês atingiu seu ápice, o papel justificador, que um dia coube ao “salvacionismo cristão”, era então exercido pelo “papel civilizatório” das sociedades de “razão mais evoluída”. Nessa fase, surgiram teses como “darwinismo social”, que percebe algumas sociedades como mais evoluídas que outras. A ideia de progresso contínuo, ligado ao alvorecer da ciência moderna, se tornou uma crença fundamental desse período histórico. (MIGNOLO, 2003)

Tem-se, portanto, que a modernidade europeia, iniciada com a colonização ibérica das Américas, foi continuada com a expansão do norte da Europa e do imperialismo Britânico⁴. Nessa trajetória, foi sendo imposto um modo de pensar europeu (local) a outros lugares do mundo (universal), ao mesmo tempo em que outras formas de conhecimento eram destruídas. A ideia de desenvolvimento, que passou a ser o grande paradigma do século XX e teve forte influência na América Latina, foi uma continuação dos ideais de progresso e civilização do século XIX. Isso significa que ela representou uma nova roupagem da modernidade eurocêntrica, inserida na colonialidade do poder.

1.2. América Latina e Desenvolvimento: a reprodução de um padrão de poder

O fim da colonização da América Latina, nas primeiras décadas do século XIX, não foi acompanhado do fim da colonialidade. Isso significa que, em um momento histórico no qual a Revolução Francesa dava forma à ideia de

⁴ Quando o norte da Europa passou a exercer o papel hegemônico, Espanha e Portugal foram jogados para a periferia europeia. Na sua narrativa, o norte da Europa colocou-se na vanguarda da modernidade, exaltando sua racionalidade e seu papel civilizacional. Isso faz WALLERSTEIN (2005) localizar na Revolução Francesa o início da geocultura moderna, a qual forneceu as bases políticas para a supremacia Ocidental. No entanto, os autores que tratam da colonialidade do poder, como Quijano, Mignolo, Dussel, Grosfoguel e Lisboa, discordam dessa afirmação, deslocando o início da modernidade para 1492, a partir da colonização ibérica. Isso faz com as civilizações ameríndias, como Incas, Maias e Astecas, sejam a contraparte fundamental do início desse período.

cidadania nas discussões políticas, as elites políticas latino-americanas consideravam cidadãos apenas homens brancos, de origem europeia e portadores de determinada quantidade de dinheiro. Não havia espaço, nas novas nações, para que o índio, o negro ou o mestiço fossem considerados cidadãos. Isso fez com que a emergente identidade latino-americana tivesse uma dupla-face: no aspecto político, servindo para a defesa das independências de qualquer contra movimento das potências europeias; no aspecto social, para construir sociedades refletidas na imagem da civilização europeia, ou seja, caricaturas da Europa do outro lado do Atlântico. (LISBOA, 2014)

É nesse período que os Estados Unidos se alavancaram, pouco a pouco, à condição de potência. A crescente força do país norte-americano, ao longo do século XIX e início do XX, coincide com uma divisão que vai ocorrendo na Europa: o Norte, anglo-saxão e protestante, considera-se mais evoluído que o Sul, católico e latino. Essa cisão é transportada para as Américas e reproduzida pelos Estados Unidos, cada vez mais identificados com a Inglaterra. A “periferização” da América Latina independente, portanto, vai ganhando novas justificativas, o que ajuda a mantê-la, por forças internas e externas, em um lugar subalterno, no qual seu papel é o de exportar matéria-prima e importar conhecimento e “civilização” dos países do Norte.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, um novo condomínio de poder mundial é liderado pelos Estados Unidos, com acomodação das potências decadentes (Inglaterra, França e Alemanha) na sua esfera de poder. A partir de então, começou a consolidar-se a ideia de “civilização ocidental. Os poderes hegemônicos do pós-guerra, ao inaugurar essa nova fase da modernidade eurocêntrica, agora entendida como ocidental, também necessitavam da renovação de seus paradigmas de superioridade civilizacional. Foi então que a ideia de *desenvolvimento* passou a ser o critério primordial de classificação dos povos e dos países. Em um contexto de Revolução Chinesa e ascensão do bloco comunista, afirma Lisboa:

“O conceito de desenvolvimento, como um cavalo de Tróia, nasce com a marca civilizatória do ocidente capitalista industrial para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo” (LISBOA, 1996, p. 14).

Fundado na ideia de progresso, o termo foi usado pela primeira vez, com essa conotação, em discurso do Presidente Truman, em 1949, onde prometia ajuda para diversos países recém-independentes, categorizados como *subdesenvolvidos*. Foi também nessa fase que se criaram os conceitos dos “três mundos”, reproduzindo a ideia de que alguns povos são mais “evoluídos” do que outros: o “primeiro mundo” era o industrializado e de livre produção do conhecimento. O segundo era o comunista, o qual, embora capaz de avanços industriais, mantinha-se em um “atraso” político. O terceiro era o subdesenvolvido, tecnológica e socialmente atrasado. Entretanto, junto com essa divisão, era fornecida a receita para que aqueles que estavam pior colocados na corrida para o desenvolvimento pudessem alcançar os países da dianteira: bastava que fosse promovida a industrialização e a urbanização aos moldes dos países ricos. Não se estabeleciam, inicialmente, explicações que vinculassem desenvolvimento a subdesenvolvimento, como parte da engrenagem de um mesmo sistema. O desenvolvimento era uma estrada única, em linha reta, a ser percorrida por cada país, visando atingir o paradigma de desenvolvimento que partia da Euro-América para o mundo. (LANDER, 2005)

O problema decorrente dessa corrida para desenvolvimento é exatamente a ausência de uma visão global, capaz de perceber a situação de cada país dentro do mesmo sistema e de vincular o processo histórico de formação do centro e da periferia. Percebe-se, então, que a colonialidade do poder, desde a independência dos países da América Latina, foi sendo renovada com diferentes roupagens. Externamente, desde que a região foi empurrada para a periferia do sistema pela Europa do Norte e pelos Estados Unidos, de modo similar ao que acontecia com Portugal e Espanha. Esse padrão se reproduziu no pós-guerra, com a classificação da região como subdesenvolvida. Internamente, pelas elites que conduziram a libertação dos países, por negarem a cidadania à maioria dos habitantes. Padrão semelhante teve continuidade a partir de 1945, quando as classes dirigentes pautaram a construção das sociedades com base no conceito de desenvolvimento da modernidade eurocêntrica, primando pelas demandas do mercado. Em ambos os períodos, foram continuamente deixadas de fora as visões de mundo e as necessidades das populações subordinadas e caladas desde a época da colonização.

Destarte, a perspectiva decolonial busca evidenciar que historicamente, a noção de desenvolvimento, enquanto modelo, traz em seu *modus operandi* um discurso hegemônico universalizante que relega todas as formas de vida e organização que estão fora de seus termos à condição de subcategoria, periferia, que tem sua existência ameaçada se não se permitir ser apropriada pelo discurso economicista do capitalismo e suas epistemologias etnocêntrico-dominantes.

À despeito disso, Quijano aponta que:

"Immanuel Wallerstein apontou mais de uma vez que o que se desenvolve não é um país - uma jurisdição estatal definida sobre um território e seus habitantes - mas um padrão de poder ou, em outras palavras, uma sociedade. Derrotados até hoje as outras opções, o atual padrão de poder ainda é o capitalismo, isto é, a sociedade capitalista "(Quijano, 2000).⁵

Nesse sentido, a trajetória histórica da modernidade, seu caráter civilizatório/universalizante e a subsequente colonialidade do poder, ao longo dos anos, moldam o imaginário e as noções políticas, econômicas, culturais e sociais de desenvolvimento, especialmente a partir do capitalismo. Pautadas nisso, ideias e políticas desenvolvimentistas foram pensadas para a América Latina reproduzindo o padrão de poder que Quijano (Idem, 2000) aponta sob discurso de promoção de um “salto qualitativo”.

É a partir dessa compreensão que ao longo do próximo capítulo, analisaremos o “novo” desenvolvimentismo do ponto de vista teórico, ideológico e como ele se desenvolveu no Brasil do ponto de vista prático a partir das políticas do Novo Desenvolvimentismo Brasileiro (NDB). O objetivo é caracteriza-los, especificamente a partir da política industrial pensada para o Nordeste, buscando identificar suas implicações.

⁵ Tradução realizada pela autora. Texto original: “Immanuel Wallerstein ha señalado más de una vez que lo que se desarrolla no es un país - una definida jurisdicción estatal sobre un territorio y sus habitantes - sino un patrón de poder o, en otros términos, una sociedad. Derrotadas hasta hoy las demás opciones, el patrón de poder hoy vigente es, aún, el capitalismo, esto es, la sociedad capitalista.” (Quijano, 2000)

2. “NOVO” DESENVOLVIMENTISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

2.1. As bases ideológicas e teóricas do “Novo” Desenvolvimentismo

Para discorrer sobre o “novo” desenvolvimentismo na zona da mata norte de Pernambuco, faz-se necessário delimitar anteriormente suas bases ideológicas e teóricas.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela forte presença de uma agenda neoliberal, mais comprometida com a liberalização do mercado e menos com o tema da igualdade social (LIRA, 2015). Diante das consequências desse cenário, diversos países da América Latina se reuniram em torno do esforço de pensar um discurso ideológico (ou um projeto) que se autodenominou “alternativo” à política desenvolvimentista anterior. O conjunto de ideias derivadas desse momento ficou conhecido como “novo” desenvolvimentismo.

O novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo. (CASTELO, 2012, p. 624).

Dentre os países latino-americanos comprometidos com esse ideal, o Brasil ocupou um papel de destaque, tomando as ideias do “novo” desenvolvimentismo como fonte de inspiração para a criação do projeto nacional promovido pelo Estado brasileiro a partir dos governos Lula (2003-2006; 2007-2010), denominado “Novo” Desenvolvimentismo Brasileiro (NDB)⁶.

A proposta central do “novo” desenvolvimentismo, que inspira o NDB, era combinar, em alguma medida, diferentes estratégias de promoção do crescimento econômico com políticas de redistribuição e bem-estar social, objetivando o fortalecimento de um tipo de “Estado de bem-estar desenvolvimentista” (KERSTENETSKY, 2011), numa tentativa de superação do dilema clássico entre crescimento e redistribuição, eficiência e equidade.

Entre os delineamentos e as estratégias políticas de desenvolvimento do “novo” desenvolvimentismo, estava a necessidade de articular a política industrial no quadro mais amplo da relação Estado-desenvolvimento econômico-

⁶ Nesse sentido, quando falamos em “novo” desenvolvimentismo, estamos nos referindo às ideias desenvolvimentistas que vão inspirar o projeto nacional petista e o NDB. Enquanto o NDB é, por sua vez, o conjunto de políticas postas em prática durante os governos Lula.

sistemas de proteção social, com a promoção de novas combinações e dinâmicas entre política social e crescimento econômico, incorporando a política social como vetor estratégico do desenvolvimento:

“mais do que as bases materiais do progresso social, enfatizam-se as capacidades dos sistemas de políticas sociais em promover e facilitar o crescimento econômico, simultaneamente ao desenvolvimento social.” (KERSTENETSKY, 2011: 224).

Entretanto, é o capitalismo e suas elites burguesas que, historicamente, ocupam o posto de protagonista na concepção, debate e propostas de implementação de desenvolvimento. Isso implica dizer que a realidade social em suas múltiplas esferas de expressão foi historicamente subordinada e pautada pela esfera econômica (MARTINS et al., 2014). Nesse sentido, desenvolvimento vem sendo atrelado, na lógica capitalista à (...) a acumulação de capital e a inovação técnica. ” (IANNI, 1989, pg. 170 e 171), eixos centrais da agenda neoliberal das décadas de 1980/90.

É no encontro com as consequências dessa agenda comprometida mais com o mercado que com a qualidade de vida das pessoas, que nasce o “novo” desenvolvimentismo. Afim de contribuir para uma compreensão mais clara de algumas diferenças entre o velho e o “novo” desenvolvimentismo, Bresser-Pereira e Gala (2010) elaboraram o seguinte quadro:

Quadro 1 – Velho e Novo Desenvolvimentismo

Velho Desenvolvimentismo	Novo-Desenvolvimentismo
1. Industrialização orientada pelo Estado e baseada na substituição de importações.	1. Industrialização orientada para as exportações, combinada com consumo de massas no mercado interno.
2. Papel central do Estado em obter poupança forçada e realizar investimentos.	2. Cabe ao Estado criar oportunidades de investimento e reduzir a desigualdade econômica.
3. A política industrial é central.	3. Política industrial é subsidiária, mas estratégica.
4. Ambiguidade em relação aos déficits públicos e em conta corrente.	4. Rejeição aos dois déficits. Se o país tiver doença holandesa, deverá apresentar superávit fiscal e na conta corrente.

5. Relativa complacência em relação à inflação.	5. Nenhuma complacência em relação à inflação.
---	--

Fonte: BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010, p. 679.

De acordo com Bresser-Pereira e Gala (2010),

“enquanto no nacional-desenvolvimentismo o Estado tinha como tarefa completar a acumulação primitiva de capital e promover a revolução industrial, no novo-desenvolvimentismo o papel do Estado diminui e o do mercado aumenta”.

Trazendo o foco para a questão industrial, é possível perceber a partir do quadro acima, destacado em amarelo, que enquanto no velho desenvolvimentismo a industrialização ocupava um papel de centralidade, no “novo” desenvolvimentismo ela não perde seu caráter de importância, “devendo se voltar para setores específicos e para empresas com capacidade de competição internacional” (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010.).

Segundo os autores,

Ao contrário do que acontece com a comparação com o velho desenvolvimentismo, o problema geral aqui não é uma mudança de estágio de desenvolvimento, mas de políticas equivocadas: a ortodoxia convencional propõe um conjunto de reformas e políticas econômicas, muitas das quais são evadas de fundamentalismo de mercado, não interessando aos países em desenvolvimento e sim a seus concorrentes no quadro da globalização — os países ricos. (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010, p. 680 e 681).

A partir dessa crítica à ortodoxia convencional e suas estratégias neoliberalistas de implementação de políticas desenvolvimentistas que não consideram as especificidades do contexto local, BRESSER-PEREIRA e GALA elaboram um segundo quadro, buscando evidenciar as diferenças existentes entre a ortodoxia convencional e o novo-desenvolvimentismo no tange a perspectiva de crescimento, que podemos ver a seguir:

Quadro 2 – Ortodoxia convencional e novo-desenvolvimentismo (crescimento)

Ortodoxia Convencional	Novo-Desenvolvimentismo
-------------------------------	--------------------------------

1. Não tem papel econômico para a nação.	1. A nação é o agente responsável pela definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento.
2. As instituições fundamentais para o crescimento são a garantia dos direitos de propriedade e dos contratos.	2. A instituição chave para o crescimento é uma estratégia nacional de desenvolvimento.
3. Reformas devem reduzir o tamanho do Estado e desregular os mercados.	3. Reformas devem fortalecer o Estado e os mercados — estes devendo ser bem regulados.
4. O Estado não deve realizar política industrial, nem política de redistribuição.	4. Política industrial deve ser limitada e estratégica. Grande papel na distribuição da renda.
5. Não existem tendências estruturais a neutralizar.	5. Neutralizar tendência à sobreapreciação da produtividade.
6. O crescimento deve ser financiado em boa medida por poupanças externas.	6. O crescimento deve se basear em poupança interna.

Fonte: BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010, p. 681.

No quadro acima, duas diferenças em particular são bastante relevantes a medida que dialogam diretamente com a estratégia desenvolvimentista implementada no território de nossa pesquisa, ambas destacadas em amarelo⁷. A primeira, explicita que no “novo” desenvolvimentismo a responsabilidade de definir uma estratégia nacional de desenvolvimento é da nação. Aqui, me parece estarmos diante da característica que define o caráter capitalista-hegemônico do “novo” desenvolvimentismo, uma vez que o próprio Bresser, era taxativo: “Ou o país retardatário logra se afirmar como nação, constrói seu Estado, e define uma estratégia nacional de desenvolvimento, ou crescerá lentamente e **não alcançará os padrões de vida dos países ricos**” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 101, grifo nosso).

A partir dessa fala de Bresser, fica claro que “definir uma estratégia nacional de desenvolvimento” significava criar um caminho que possibilitasse a

⁷ Dialogam na medida em que destacamos duas diferenças, a 1ª) que define ser responsabilidade da nação o projeto desenvolvimentista nacional – o que evidencia a política industrial para o município de Goiana como fruto da confluência de interesses do NDB, que ao longo desse capítulo buscamos evidenciar quais são, e a 2ª) que define uma política industrial que tem grande papel da distribuição de renda, o que procuramos investigar teoricamente, a partir da obra de Celso Furtado, e empiricamente, a partir de dados oficiais sobre o município de goiana, apresentados ao longo do capítulo 3.

nação reproduzir o padrão de vida do Norte imperial, ou da burguesia capitalista. Isso abre espaço para que, quando implementado no Brasil, ao longo dos governos Lula, o NDB atenda as demandas dessa burguesia, como veremos adiante.

Pensar políticas de desenvolvimento a partir de tais demandas significa dialogar com o projeto de desenvolvimento capitalista, que se imprime nas demandas da globalização. A menos que se compreenda que isso é desenvolvimento em si, responder a essas demandas é reproduzir o *modus operandi* de uma lógica mundial e não definir, a partir das bases nacionais, estratégias de crescimento que contemplem as especificidades da realidade local.

A segunda diz respeito a política industrial, que no “novo” desenvolvimentismo além de ser de responsabilidade do Estado deve assumir um caráter estratégico e possuir um grande papel na distribuição de renda. Segundo FURTADO (1984),

Para que o processo de industrialização seja não apenas um “motor” de crescimento mais também instrumento de homogeneização social, é necessário que essa industrialização se vincule amplamente ao mercado regional. (Idem, 1984. p. 76)

Aqui, me parece que esbarramos em uma segunda contradição, por sua vez diretamente relacionada com a primeira. Afinal, estamos lidando com um projeto de desenvolvimento que pensa industrialização para um município que, como veremos no próximo capítulo, tem sua trajetória econômica diretamente relacionada com o cultivo e comercialização da cana-de-açúcar.

Nesse sentido, chegamos a compreensão de que, se a política industrial do “novo” desenvolvimentismo está ideologicamente atrelada à responsabilidade de distribuição de renda, do ponto de vista prático, isso é no mínimo um desafio se não se leva em conta as especificidades da experiência regional, como aponta Furtado (1984). Assim, a capacidade de contribuir, nesses termos, para a conformação do que, como previamente citado, Kerstenetsky (2011) chama de um “Estado de bem-estar social desenvolvimentista”, via industrialização, é comprometida.

Se, do ponto de vista das bases ideológicas e teóricas, o “novo” desenvolvimentismo, quando pensado a partir do foco da questão industrial, já suscita tais críticas, pertinentes para nossa investigação sobre a nova

experiência industrial de Goiana, é relevante caracteriza-lo do ponto de vista prático, ou seja, como esses elementos ganharam corpo dentro do “novo” desenvolvimentismo brasileiro.

2.2. “Novo” Desenvolvimentismo Brasileiro (NDB)

Para a melhor compreensão do NDB, faz-se necessário mencionar que ele demarca o contraponto ao momento da ortodoxia convencional de oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso e seu neoliberalismo à brasileira. Nesse sentido, inspirada nas bases ideológicas e teóricas do “novo” desenvolvimentismo, a vitória eleitoral do primeiro governo Lula, em 2002, figura no imaginário nacional como a esperança da democratização e a possibilidade da concretização desse novo conceito de desenvolvimento (SINGER, 2009). Isso fica expresso, de acordo com OLIVA (2010), a partir dos três eixos que constituem o programa do governo: crescimento econômico, redução da desigualdade social e fortalecimento da democracia. Nas palavras do ex-senador Aloizio Mercadante Oliva:

“Orientado para promover a inserção internacional soberana do Brasil, propugnava por uma ruptura com as políticas neoliberais, que já mostravam desgaste profundo em toda a América Latina. Essa ruptura envolvia mudanças estruturais do país. Uma parte dessas mudanças visava desmontar as armadilhas deixadas pela agenda neoliberal. Outra parte das mudanças estruturais visava constituir um novo padrão de desenvolvimento, tornando, como já dissemos, o social o eixo estruturante do crescimento econômico. Ademais, o programa propunha a articulação de três níveis de políticas públicas: a sustentabilidade ambiental; a regionalização das políticas de governo, com vistas a superar as desigualdades e reconstituir em novas bases o pacto federativo; e, sobretudo, a inclusão social, com a garantia dos direitos humanos e a promoção da solidariedade e da cidadania. (...). Assim, o programa de governo assumia, em síntese, o compromisso fundamental de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, que promovesse a inclusão de milhões de brasileiros, universalizasse as políticas sociais básicas e resolvesse o drama histórico da concentração de renda e riqueza” (OLIVA, 2010, p. 3).

Entretanto, do ponto de vista prático, esse discurso desenvolvimentista precisou ser alterado, para que o governo pudesse formar uma coalizão política com a direita brasileira, que permitisse uma governança sem grandes impeditivas (SADER, 2009). Segundo LIRA (2005) “alguns fatos solidificaram a mudança do conteúdo do discurso petista”, nas palavras do autor:

“Primeiro, a contratação do marqueteiro João Santana, figura importante até os dias atuais dentro do PT, que transformou a representação de Lula, fazendo eclodir todo o potencial carismático desse personagem. Segundo, a indicação de José de Alencar para a vice-presidência, político mineiro e representante da classe empresarial brasileira, simbolizando a aliança pretendida pelo PT entre um operário e um empresário. Terceira, a tão citada Carta aos Brasileiros lida por Lula, que tinha como objetivo tranquilizar o mercado internacional, banqueiros e setores das elites brasileiras, afirmando que, caso fosse eleito, não tinha a pretensão de romper com a política monetária atual e iria cumprir com todos os acordos financeiros estabelecidos pelo governo anterior” (LIRA, 2015, p. 69). Ver qual data da publicação. Não sei se essa análise é representativa da "mudança de conteúdo do discurso petista"... parece-me que os argumentos são marginais aos determinantes do presidencialismo de coalisão e a necessidade de retomada do crescimento econômico estabelecido como objetivo inicial do governo...

Desse modo, a implementação das mudanças inicialmente pretendidas pelo governo tiveram que se adequar as demandas das elites brasileiras e internacionais citadas por Lira (idem, p.69), ou seja, aos interesses do empresariado, das indústrias, dos banqueiros, do mercado internacional, etc. Essa aliança, ficou explícita a partir da famosa “Carta aos Brasileiros”, como aponta OLIVA (2010):

“Na Carta ao Povo Brasileiro’, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo. Acredito que a opção por uma transição progressiva foi acertada e fundamental para assegurar a governabilidade democrática, administrar politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudéssemos avançar em direção ao novo padrão de desenvolvimento.(...) Na realidade, a Carta constituiu-se em uma necessária revisão tática do tempo e dos meios para atingir o objetivo estratégico de concretizar o crescimento econômico sustentado com a formação de um amplo mercado de consumo de massa.” (OLIVA, 2010, p. 3 e 4)

A partir desse “novo” pacto, o governo lula deu continuidade, ainda que sob uma nova roupagem, a práticas neoliberais dos governos anteriores (SALLUM Jr., 1999). De acordo com LIRA (2015),

“Dentro desse novo pacto modernizador, as frações políticas de esquerda, como sindicatos e movimentos sociais, com vínculos históricos junto ao PT, tiveram que se acomodar às exigências de setores da burguesia brasileira e internacional. Isso contribuiu para a reprodução das matrizes do desenvolvimento baseado no crescimento

econômico, na elevação da renda e na inserção social pelo consumo” (Idem, 2015, p. 12.).

Posto isso, não buscamos construir uma crítica específica ao governo Lula, mas explicitar que falar de Neodesenvolvimentismo no Brasil é definir que ele do ponto de vista prático, foi efetivado a partir do conjunto de políticas implementadas ao longo daquele governo e nesse sentido, é importante identificar sob que confluência de interesses essas políticas são implementadas. Do ponto de vista prático, o “novo” desenvolvimentismo brasileiro caracteriza-se um projeto desenvolvimentista comprometido com as demandas das elites brasileiras e internacionais. É essa compreensão que se mostra relevante para nosso questionamento⁸ sobre a realidade de Goiana/PE, e que, do ponto de vista teórico, remonta a crítica de Wallerstein (2005) de que o que se desenvolve não é um país ou um território específico, mas um padrão de poder, isto é, o capitalismo e suas demandas.

Tais questões nos motivam a refletir e questionar sobre a real mudança, ou “salto qualitativo” que esse projeto desenvolvimentista proporciona para o município de Goiana. Para isso, assumimos ser relevante entender ainda os limites de pensar desenvolvimento para a zona da mata norte de Pernambuco a partir de uma política industrial.

2.3 Industrialização no Nordeste

Pensar desenvolvimento para o território de Goiana, especialmente a partir de uma política industrial, implica pensar as especificidades que assume a trajetória industrial e desenvolvimentista do nordeste brasileiro. Para isso, destacamos, especialmente, as contribuições de Celso Furtado, como a conformação do GTDN e seu plano de ação; elencando, ainda que brevemente, um estudo realizado pela SUDENE sobre a viabilidade de implementação da indústria automobilística no Nordeste e os incentivos à conformação industrial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), descritos a seguir.

⁸ Aqui estamos nos referindo a pergunta-problema que orienta essa pesquisa, citada na página 12 deste trabalho: *“é possível perceber a reprodução de um padrão de poder colonial na política industrial implementada no município de Goiana e se sim, em que medida?”*

Ao longo dos anos 1950, grandes problemas socioeconômicos afetaram a região Nordeste. Frutos da articulação dos núcleos econômicos focados no Centro-Sul, que abrigava o centro dinâmico da economia brasileira na época, do consequente colapso da economia de exportação açucareira nordestina e das grandes secas que ocorreram em 1951 e 1958 afetando de forma intensa a produção de alimentos, eles denunciavam a ausência da falta de diagnóstico sobre a região.

Na busca por uma política de desenvolvimento, foi criada uma comissão especial no âmbito do Governo Federal que esteve direcionada para estudar políticas alternativas de desenvolvimento para a região Nordeste. Esta comissão foi denominada de Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a qual apresentava como principal mentor Celso Furtado⁹. Fruto dos estudos do grupo, Furtado elabora, em 1959, “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, também conhecido como Relatório do GTDN. Através dele, busca identificar os problemas e as possíveis potencialidades com a finalidade de propor um plano de ação para que o Estado pudesse atuar na região.

Segundo TOLEDO (2013),

“O GTDN (1967) previa a intensificação dos **investimentos industriais** e a criação de um centro autônomo na região capaz de autossustentar seu crescimento, o redirecionamento da agricultura da faixa úmida para a produção de alimentos para as cidades, o aumento da produtividade e da resistência às secas no sertão através da transformação de sua economia e a ocupação do interior úmido maranhense para a produção de alimentos e a absorção do excedente populacional gerado pela reorganização da economia do semiárido.” (Idem, 2013, p. 21, grifo nosso)

No tocante a esses inventos industriais, o plano previa que quatro grupos industriais deveriam ser implementados na região. O primeiro, seria a implantação de um núcleo de indústria siderúrgica, uma vez que de acordo com os estudos do GTDN a região apresentava disponibilidade de minério e mercado regional. Nesse sentido, a implantação de núcleos siderúrgicos deveria ocorrer em dimensões economicamente viáveis de até 40 mil toneladas de ferro de primeira fusão. Em consequência do investimento siderúrgico, surgiria o

⁹ Vale ressaltar, que Celso Furtado, que voltava de Cambridge na Inglaterra, quando o então governo de Juscelino Kubitschek demonstrava grandes preocupações com os estragos da seca e o convocou para apresentar um programa de ação que tratasse dos problemas no Nordeste.

segundo grupo, as indústrias mecânicas, que seriam atrativas para dar conta de maquinários agrícolas e outros bens metálicos, que já tinham um mercado amplo na região.

O terceiro seria formado pelas indústrias do cimento e a de adubos fosfatados, dadas as condições favoráveis encontradas na região, uma vez que apresentavam a vantagem de possuir uma oferta de matérias-primas local suficiente para permitir a penetração nos mercados do Sul. E o quarto e último grupo a ser tratado pelo plano é o das indústrias tradicionais nordestinas, especialmente a têxtil, visando recuperar esse setor regional e reequipá-lo de modo a capacitá-lo para atender à grande demanda por tecidos na região e no país.

Segundo FURTADO (1984),

“A indústria, em sentido lato, é o setor produtivo em que cresce mais rapidamente a produtividade, portanto, é ela que lidera a elevação dos salários e produz o excedente que alimenta a acumulação e gera novos empregos, ainda que estes se situem em outros setores produtivos. [...] O problema crucial, num caso tão complexo quanto o do Nordeste está em definir o tipo de industrialização capaz de gerar um verdadeiro desenvolvimento, pois sabemos de experiência que a tendência natural é para favorecer indústrias sem qualquer vínculo com o mercado regional” (Idem, 1984. p. 74 e 75).

Nesse sentido, a partir do plano de ação do GTDN, na década de 1950, é incentivada a implementação de diferentes tipos de indústria como proposta desenvolvimentista, mas essas devem estar atreladas à experiência do mercado regional, incentivo claro de Furtado ao fortalecimento da compreensão de que noções de desenvolvimento devem ser construídas, ou seja, serem planejadas a partir do campo da experiência local, e não importadas.

Vale mencionar que o plano de ação do GTDN foi o ponto de partida para criação da SUDENE, “criada no ano de 1959, e refletia a mesma intenção de tornar a economia nordestina menos suscetível às secas e aumentar a produtividade e renda da região” (TOLEDO, 2013, p.23). Em 1996, a SUDENE realizou um estudo sobre a implantação de indústrias automobilísticas na Região Nordeste, cuja conclusão apontava o seguinte:

“A localização de uma unidade produtiva do tipo montadora de veículos na região Nordeste mostra-se viável em função da disponibilidade de moderna infraestrutura, da proximidade das rotas internacionais e da manutenção da competitividade, mesmo com

suprimento de componentes a longa distância. Aliado a isto, recursos humanos em quantidade e bem qualificados, tanto a nível universitário como a nível técnico reforçam o poder de atração, que deve ser considerado no momento da localização de um novo investimento. A existência de indústrias produtoras de autopeças no Nordeste demonstra o que foi dito acima e, além de ser importante para a montadora, é importante para a Região no sentido de ampliar a onda dinâmica gerada, maximizando os benefícios em termos de elevação do número de empregos e de renda, arrecadação de tributos e modernização das relações socioeconômicas.” (SUDENE, 1996: 41)

A conclusão desse estudo, é relevante para pensar o município de Goiana, uma vez que a maior indústria implementada é precisamente uma montadora de carros FIAT/Jeep. A questão, entretanto, é que Goiana, como já mencionamos e veremos de modo mais detalhado adiante, tem seu mercado regional historicamente relacionado com a comercialização da cana-de-açúcar, o que vai de encontro à defesa do GTDN e da própria SUDENE.

Posteriormente, durante o governo Lula (2003-2010) houve um processo de recuperação econômica com repercussão no trabalho, mesmo sob a crise iniciada em 2008. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado no primeiro mandato de Lula, foi lançado em 2007 com o objetivo de aumentar a produtividade das empresas, estimular os investimentos privados, gerar emprego e renda e, por fim, reduzir as desigualdades regionais. Essa política impulsionou o crescimento econômico no Nordeste, com destaque para os investimentos públicos e privados, com ênfase sobre grandes projetos federais nos estados nordestinos para os anos de 2008 e 2009. As áreas prioritárias compreendem: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento básico e habitação, gasoduto, entre outros (OLIVEIRA, 2015).

O histórico de formação econômica e os incentivos ao desenvolvimento do Nordeste, contextualizados anteriormente, contribuem para a tentativa de construção teórica do processo recente de investimentos regionais direcionados para o Estado de Pernambuco. As estratégias de direcionamento de investimentos com o PAC, já mencionados,, contribuíram, no estado do Pernambuco, para a construção do adensamento industrial no Complexo Portuário de Suape (na região da Mata Sul do Estado) e mais recentemente

para a criação de um território de desenvolvimento na região da Mata Norte do Estado, o Polo Goiana.

Tendo em vista a necessidade de compreender os sentidos desse processo de industrialização recente na Região Nordeste, especialmente a partir do município de Goiana, e das novas questões sociais que emergem e desafiam os discursos sobre noções de desenvolvimento, pensamos ser fundamental destacar a crítica de Celso Furtado ao processo brasileiro de industrialização tardia como sendo caracterizado pelo “desenvolvimento imitativo”, com pouco espaço para a criatividade política visando superar as rígidas estruturas sociais no Nordeste, saldo negativo da decadência da economia açucareira no século XVII. (FURTADO, 1984).

A questão, portanto, seria pensar uma política de crescimento adequada ao Nordeste, que apresentasse conexões com o mercado local, as demandas e a cultura da região, enquanto vontade política e projeto estratégico alicerçado em questões de natureza social distributiva capazes de transformar o crescimento econômico em “benefícios coletivos”, dando azo a uma noção de desenvolvimento nesses termos. (FURTADO, 1984). Segundo C. Furtado,

“O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.” (FURTADO, 1984, p. 75).

As reflexões de Celso Furtado sobre as possibilidades e limites estruturais de programas desenvolvimentistas para o Nordeste brasileiro permanecem atuais, e contribuem para a formulação de uma crítica ao processo recente de industrialização da região do Polo Goiana, e nos concederam um arcabouço teórico para conduzir a investigação, constituindo, assim, junto a perspectiva decolonial, um fio condutor avaliativo ao longo da pesquisa e interpretação dos dados apresentados nas tabelas do capítulo a seguir.

3. UMA CARAVELA APORTA NO CANAVIAL?

3.1 Goiana: do canavial ao início das indústrias

"Os navios negreiros já não cruzam o oceano. Agora, os traficantes de escravos operam no Ministério do Trabalho. Salários africanos, preços europeus." (Eduardo Galeano, L&PM, 2017, p. 364)

Goiana, em seus primórdios, era povoada pelos povos Tabajaras, Potiguaras e Caetés, até que por volta de 1534 os portugueses aportam no território e instituem um dos mais antigos núcleos da colonização, tanto da coroa portuguesa, quanto do nordeste brasileiro, a capitania de Itamaracá. As marcas da resistência à presença do colonizador, desde o início, pavimentaram a história da cidade, que em 1568 se estabelece como distrito e, em 1574, é completamente destruída pelos índios potiguaras (MILLER, 2010, p. 60). "Assim sendo, a expansão de fronteiras provocou choques territoriais e marcou a luta e a resistência dos territórios em toda a história de Goiana, como uma importante cidade do período colonial. " (OLIVEIRA, 2017, p. 34)

"Havia alianças dos franceses com as tribos dos potiguaras e, em decorrência da luta pela posse do espaço, os engenhos de Goiana só começaram a ser construídos na segunda metade do século XVI. Nesse sentido, os povos nativos de Goiana, no intuito de garantir sua sobrevivência, liberdade e soberania, defenderam seu território em diversos momentos da colonização Portuguesa, da colonização Holandesa e na invasão dos Franceses. " (Idem, p. 34)

Um dos eventos marcantes de resistência foi protagonizado pelas mulheres de Tejucupapo¹¹, quando Maria Camarão, Maria Quitéria, Maria Clara e Joaquina lideraram o enfrentamento aos colonizadores com pimenta e água fervida em tachos e panelas de barro:

"escondidas em trincheiras, as tejucopapenses atacavam com a mistura, mirando nos olhos dos soldados que surpresos não conseguiam se defender [...] Elas não estavam defendendo a permanência portuguesa no Brasil e nem brigavam contra a expansão holandesa na América, estavam simplesmente defendendo suas vidas e seus filhos dos invasores" (MILLER, 2010, p. 95-96).

Após a expulsão dos holandeses, Goiana ganha status de vila em 1685, período das plantations açucareiras, que para além de gerar capital, constituiu uma cultura política profundamente desigual em termos sociais (LADOSKY, 2015). O tráfico de escravos africanos para a zona da mata norte de Pernambuco

¹¹ Atual distrito de Goiana.

para trabalhar nos canaviais explica a conformação de um território que tem São Lourenço, bairro do distrito de Tejucupapo, reconhecido como remanescente quilombola desde 2005. Entretanto, em sua trajetória de lugar de resistência, Goiana ocupa importante papel da trajetória abolicionista do estado de Pernambuco, sendo, de acordo com MILLER (2010), “a primeira de Pernambuco a libertar os escravos”.

Entretanto,

“Na cidade de Goiana ainda está na memória das pessoas e nos registros históricos um tempo de apogeu econômico vivido no Brasil Colônia. A estrutura das classes sociais pode ser assim resumida: de um lado, os donos de engenhos Banguês e depois das usinas do açúcar e suas famílias patriarcais, são as classes abastadas do território, além de uma classe intermediária de comerciantes e funcionários públicos, e, por outro lado, uma grande massa de escravos africanos e índios, que mais tarde tornar-se-ão os párias esquecidos nas comunidades rurais, a mão de obra das usinas de cana de açúcar, os pescadores e marisqueiras, com predomínio da população negra, como nas comunidades pesqueiras de São Lourenço e Tejucupapo. (OLIVEIRA, 2017)

Como território de velha colonização, a região da Zona da Mata Norte, onde o município está localizado, é marcada desde os primórdios pela monocultura da cana de açúcar, por uma estrutura social colonial, que ganha novas roupagens ao longo do tempo, mas não é superada.

Ainda de acordo com a autora,

“Evidente, reconhece-se que Goiana teve sua história vinculada à produção sucroalcooleira, por meio dos engenhos banguês e, posteriormente, nas usinas de açúcar, que, de certo modo, por meio das inovações tecnológicas e exploração da força de trabalho, já estabelecera uma mudança no tocante a modernização dos meios de produção.” (Idem, 2017, p. 43)

Desse modo, a presença da indústria em Goiana não é uma experiência inédita no município. A questão, portanto, não é o advento da indústria, mas o tipo de indústria que se conforma. Se os engenhos e usinas tinham relação direta com as heranças coloniais do município, é preciso entender as implicações de trazer para essa região as atuais indústrias quando se parte do discurso de superação dos dilemas anteriores, pois como já alertou Furtado (1965),

“a empresa capitalista que penetra em uma região de velha colonização e estrutura econômica arcaica não se vincula, dinamicamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não se integra na economia local.” (FURTADO, 1965, p. 175)

3.2 O polo Goiana

Para termos uma visão clara do território de onde partem as investigações realizadas, segue o quadro de municípios que compõem a área estamos denominando de Polo Goiana:

Quadro 3 - Municípios que integram o Polo Goiana

PERNAMBUCO		PARAÍBA
1. Araçoiaba	8. Itaquitinga	15. Caaporã
2. Condado	9. Paulista	16. Alhandra
3. Goiana	10. Abreu e Lima	17. Pitimbu
4. Igarassu	11. Camutanga	18. Pedras de Fogo
5. Ilha de Itamaracá	12. Ferreiros	19. Conde
6. Itambé	13. Timbaúba	
7. Itapissuma	14. Aliança	

Esse território é denominado de Polo Goiana por apresentar grandes investimentos em indústrias com capacidade de impactar socioeconomicamente uma área considerável de municípios. Dos municípios acima listados, nossa pesquisa compreende apenas o município de Goiana/PE, destacado em azul no quadro acima. Isso se dá pelo número e porte das indústrias localizadas só em Goiana. A tabela a seguir apresenta um breve perfil das principais indústrias localizadas no município.

Quadro 4 – Indústrias localizadas no município de Goiana/PE

Empresa	Localização	Ramo	Inauguração	Nº de trab.	OBS.
---------	-------------	------	-------------	-------------	------

1. FCA (FIAT/JEEP)	Goiana/PE	Automobilístico	2015	5.300 Diretos 5.600 no parque de fornecedores Suply e 3.100 terceirizados	Investimento de R\$ 7 bilhões
2. HEMOBRÁS	Goiana/PE	Farmacológico	2011	360 postos diretos e 2300 indiretos (previsão)	Estatal vinculada ao Min. da Saúde, Setor de Derivados de Sangue e Biofarmacos . Início da construção 2010 - 17 com prédios num terreno de 25 hectares - total de 19 blocos.
3. KLABIN	Goiana/PE	Produtora e exportadora de papéis	03/1973	+/- 1300	Maior unidade de embalagens da Klabin e a mais moderna na América Latina para a produção de papel reciclado.

4. VIVIX	Goiana/PE	Vidreiro	04/2014	400	Área Construída: 90 mil m²; Investimento de mais de R\$ 1 bilhões; Capital 100% nacional - Grupo Cornélio Brennand; Possui uma usina de beneficiamento em Pedra de Fogo/PB.
----------	-----------	----------	---------	-----	---

Entre essas industriais acima, destaque para duas. Primeiramente, a montadora Fiat Chrysler Automobiles (FCA). Inaugurou o Polo Automotivo em 28 de abril de 2015 no município de Goiana-PE. No primeiro ano, foram produzidos 84 mil veículos na montadora de Goiana, com 8 mil pessoas empregadas. De acordo com o G1 PE (2015), a liderança da FCA no Brasil se deve em boa parte ao desempenho da fábrica de Goiana, a mais moderna do grupo no mundo inteiro, cuja presença é um contraste histórico com a atividade que dominava Goiana até então, a cana-de-açúcar.

Em 2018 a fábrica da Fiat Goiana anunciou que iria produzir em três turnos. Com isso, a empresa passou a funcionar 24 horas por dia, criando mais 1.500 postos de trabalho para dar conta da demanda (JORNAL DO COMERCIO, 2018). Desse modo, o Polo Automotivo teria capacidade de atingir sua produção máxima, que é de 250 mil automóveis por ano. O motivo para a alavancada na produção, de acordo com a própria empresa, seria o crescimento nas exportações e o mercado interno em recuperações. Com a inauguração do terceiro turno, a quantidade de funcionários saltou para mais de 13.600, dos quais 4.850 são colaboradores na planta automotiva da Jeep, 5.660 do parque de fornecedores e 3.100 terceirizados.

Inicialmente, de acordo com o Jornal do Comércio de Pernambuco, o intuito da Fiat era se instalar em Suape, no Cabo de Santo Agostinho-PE. Entretanto, depois do grupo italiano decidir expandir seu projeto atual e passar de 3 bilhões para 4 bilhões de reais, e com um terreno de 4.400 hectares doado pela Prefeitura, a mesma trocou o endereço para Goiana e foi recebida com festa no município, pois acredita-se que a montadora trará benefícios não só para Goiana, mas também para 15 cidades localizadas em um raio de 40 quilômetros.

Em segundo lugar, o centro farmacoquímico localizado em Goiana tem como principal empresa a Hemobrás, sendo essa a primeira fábrica de hemoderivados do Brasil, e a maior fábrica da América Latina. A Hemobrás produz medicamentos a partir do plasma sanguíneo ou obtidos por meio de engenharia genética. Em 2010 teve início o processo de construção da fábrica, cuja estrutura previa 17 prédios, distribuídos em 24 hectares e 48 mil metros quadrados de área construída. A primeira etapa da construção foi inaugurada em dezembro 2011, quando uma nova etapa teve início, visando o total de 19 blocos (HEMOBRÁS, 2013).

No início de 2019, o laboratório irlandês Shire, parceiro privado da estatal desde 2012, foi adquirido pelo japonês Takeda, que prometeu até 2022 investir US\$ 250 milhões em Goiana. O dinheiro deve ser usado na conclusão da fábrica da Hemobrás, que hoje está 70% pronta (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2019). Entre altos e baixos em sua gestão, a estatal apresenta, especialmente ao longo dos últimos anos, um investimento grandioso do capital público e, especialmente, privado.

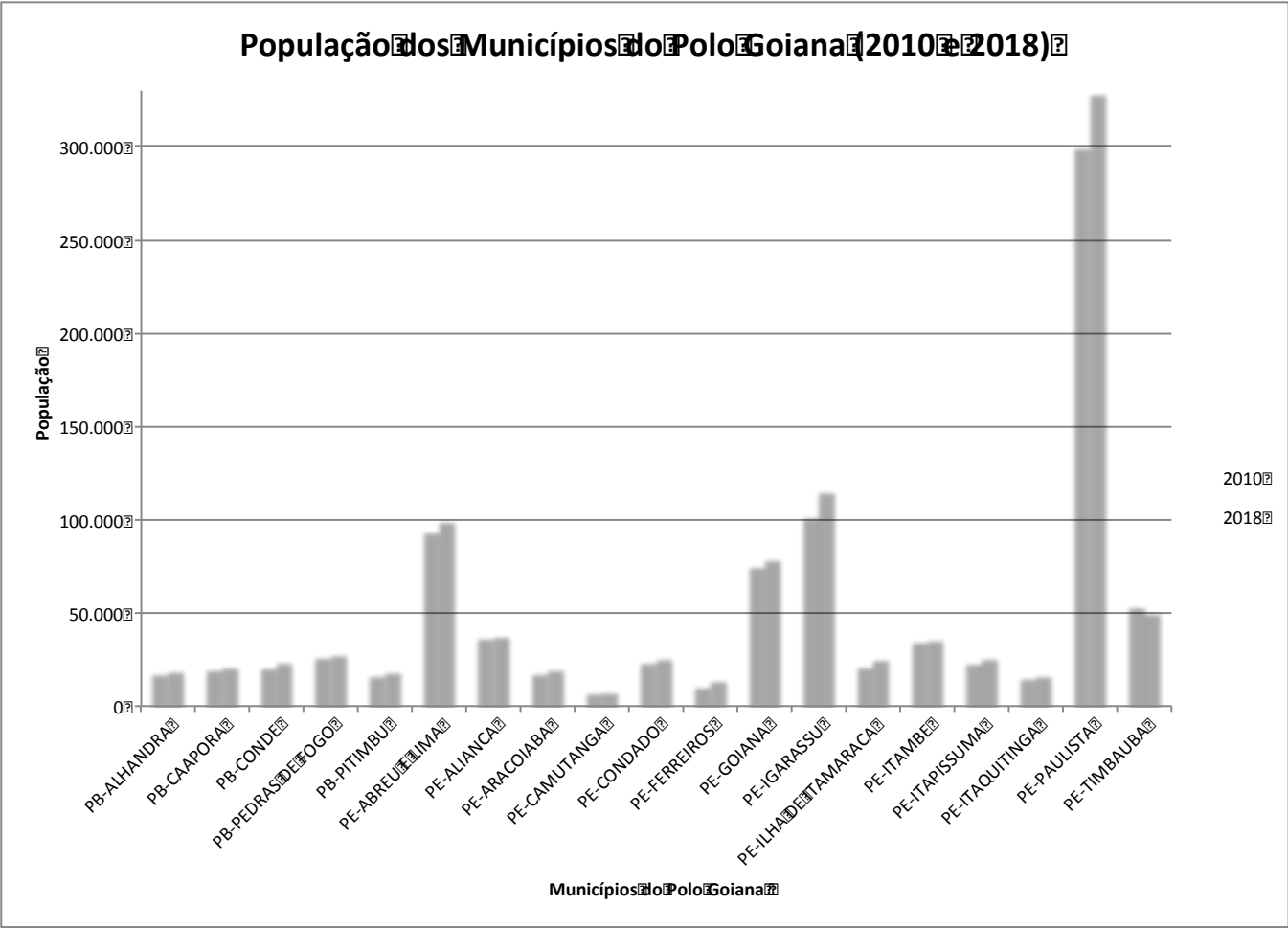
Em diálogo com colegas da graduação a respeito de Goiana, apresentando dados como esse sobre o polo, é sempre interessante perceber a surpresa diante do nível de investimentos altíssimos em um território que pouco se ouve falar, seja na academia ou fora dela, o que provoca reflexões sobre a quanto Goiana vem se estabelecendo mais enquanto o lugar do grande capital industrial do que da vida social e o quando isso revela a importância de estudar esse território.

A tabela abaixo destaca o crescimento populacional que os municípios do Polo recebem desde a implementação dessas empresas. Destaque para Goiana/PE. A seguir, podemos observar os mesmos dados em gráfico.

Tabela 1 - População dos Municípios do Polo Goiana (2010 e 2018)

Município	2010	2018	Var. %
PB-ALHANDRA	18.007	19.391	7,69
PB-CAAPORA	20.362	21.698	6,56
PB-CONDE	21.400	24.323	13,66
PB-PEDRAS DE FOGO	27.032	28.389	5,02
PB-PITIMBU	17.024	18.904	11,04
PE-ABREU E LIMA	94.429	99.622	5,50
PE-ALIANCA	37.415	38.375	2,57
PE-ARACOIABA	18.156	20.312	11,87
PE-CAMUTANGA	8.156	8.530	4,59
PE-CONDADO	24.282	26.249	8,10
PE-FERREIROS	11.430	14.365	25,68
PE-GOIANA	75.644	79455	5,04
PE-IGARASSU	102.021	115.640	13,35
PE-ILHA DE ITAMARACA	21.884	25.836	18,06
PE-ITAMBE	35.398	36.422	2,89
PE-ITAPISSUMA	23.769	26.397	11,06
PE-ITAQUITINGA	15.692	16.903	7,72
PE-PAULISTA	300.466	329.117	9,54
PE-TIMBAUBA	53.825	50.956	-5,33
	822.567	888.179	7,98

Fonte: IGBE Cidades - Elaboração: Labor/UFRPE



Fonte: IBGE CIDADES - Elaboração LABOR/UFRPE.

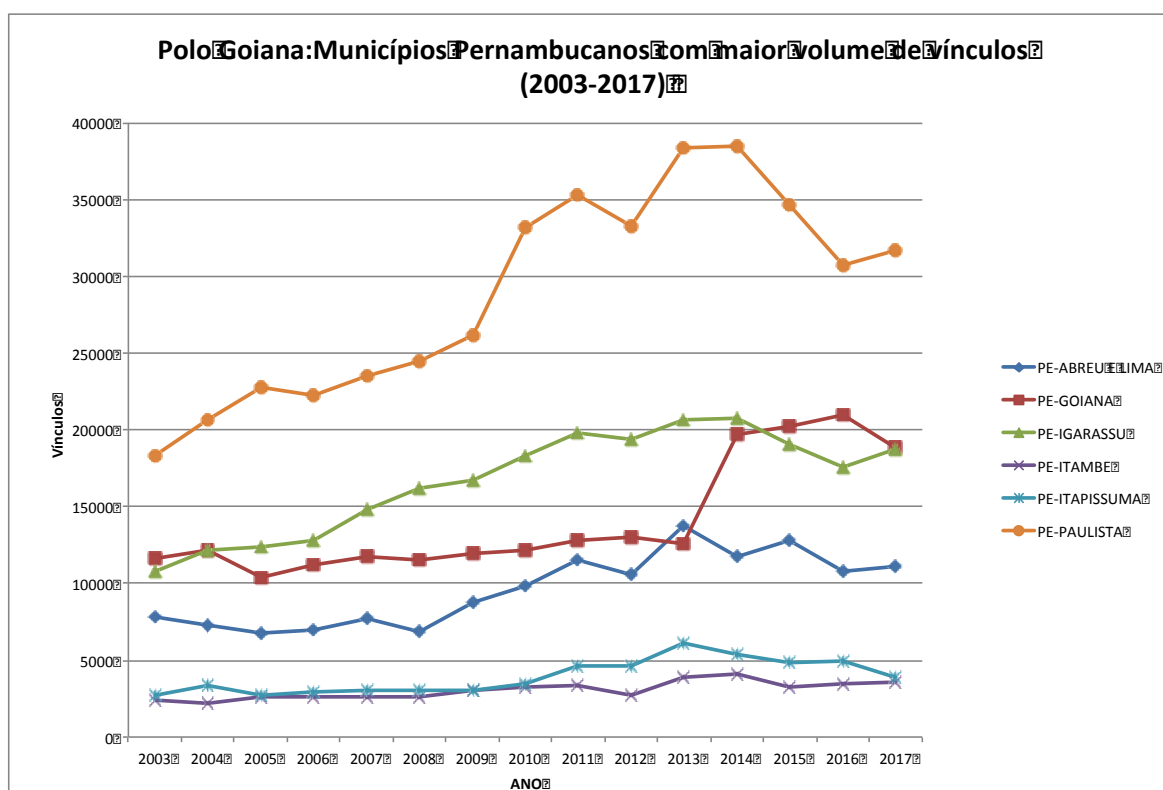
Tabela 2 - Municípios do Polo Goiano: total de vínculos de emprego (2003-2017)

Municípios do Polo Goiano: Série histórica do total de vínculos de empregos (2003-2017)																
UF/Município	Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PB-ALHANDRA		1937	2190	2329	2362	2349	2452	3058	3302	3548	4008	4117	4248	3942	3166	3536
PB-CAAPORA		2619	4158	3937	3978	4624	4137	4480	4588	4701	4671	4955	4527	4242	3704	4536
PB-CONDE		1521	1578	1919	2199	2544	2135	2491	2963	3566	2842	4228	4300	4422	3777	4215
PB-PEDRAS DE FOGO		3800	4320	4396	4763	5180	5346	5148	3981	5277	3942	4917	5148	5248	5401	5308
PB-PITIMBU		380	428	568	574	678	627	720	845	920	137	1111	973	1085	1135	1262
PE-ABREU LIMA		7769	7274	6771	6996	7673	6822	8726	9843	11505	10613	13742	11687	12751	10772	11060
PE-ALIANÇA		2260	2250	2344	2379	2287	2361	3011	3388	3953	3626	3638	3322	3485	3001	3500
PE-ARACOIABA		298	266	392	510	592	209	553	785	745	610	983	1090	1110	1119	1026
PE-CAMUTANGA		3872	4794	4839	5164	5132	4807	5105	5085	5133	4920	5072	4625	4492	4329	4120
PE-CONDADO		775	718	1153	1256	1272	1110	1386	1445	1247	1647	1608	1456	1527	1650	1715
PE-FERREIROS		690	790	742	803	838	1009	1007	934	1055	978	1087	1212	968	841	988
PE-GOIANA		11638	12158	10398	11185	11703	11527	11951	12194	12766	13012	12549	19745	20227	20962	18891
PE-IGARASSU		10754	12172	12341	12817	14862	16215	16731	18323	19840	19336	20629	20789	19073	17590	18783
PE-ILHA DE ITAMARACA		984	865	924	1011	988	1006	1324	1365	1686	1884	1946	2042	1978	2066	1702
PE-ITAMBE		2426	2179	2591	2563	2604	2571	2988	3221	3380	2722	3854	4102	3287	3446	3615
PE-ITAPISSUMA		2678	3328	2753	2901	3002	2991	3075	3447	4583	4635	6143	5360	4875	4976	3885
PE-ITAQUITINGA		937	934	862	849	1506	938	1058	2271	3381	2507	1181	1167	1032	936	750
PE-PAULISTA		18344	20607	22810	22237	23473	24497	26169	33177	35335	33228	38382	38484	34676	30761	31634
PE-TIMBAUBA		7473	6739	9091	9196	10302	10745	11403	10960	11204	6089	6393	6003	5875	5167	5518
Total/Ano		83158	89752	93165	95749	103616	103513	112393	124127	135836	123419	138548	142294	136310	126815	128061

Fonte: RAIS - Elaboração LABOR/UFRPE.

Na tabela acima podemos perceber o crescimento de empregos formais ao longo dos últimos anos. Destaque para Goiana, que atinge seus maiores índices com a implementação e atividade da FCA. Entretanto, em comparativo com a tabela 1, é possível perceber que o número de empregos formais no lapso temporal dos anos de 2010 até 2017 é imensamente superior ao crescimento populacional durante o mesmo período, o que revela que a grande massa de contratados não são os moradores locais. Isso implica dizer que, por mais que a indústria proporcione crescimento econômico, não existe distribuição de renda proporcional no município a partir da contratação de moradores locais.

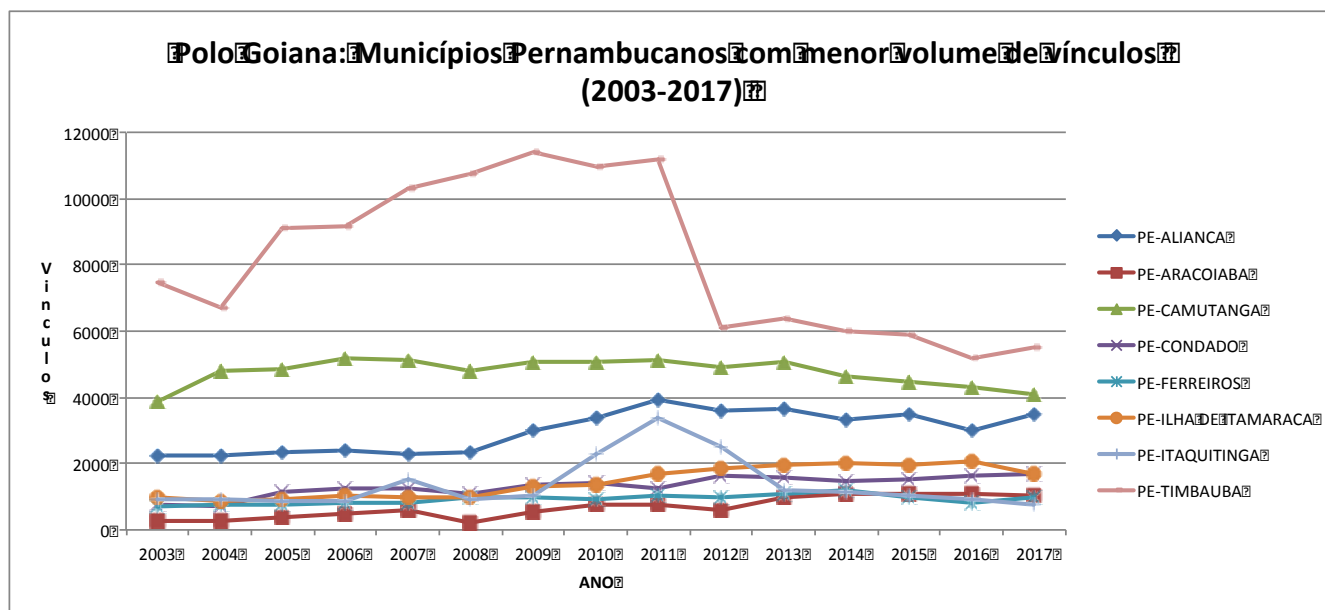
Tabela 3 - Municípios do Polo Goiana: Municípios Pernambucanos com maior volume de vínculos (2003-2017)



Municípios do Polo Goiana: Municípios Pernambucanos com maior volume de vínculo (2003-2017)																
UF/Município	Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PE-ABREU LIMA		7769	7274	6771	6996	7673	6822	8726	9843	11505	10613	13742	11687	12751	10772	11060
PE-GOIANA		11638	12158	10398	11185	11703	11527	11951	12194	12766	13012	12549	19745	20227	20962	18891
PE-IGARASSU		10754	12172	12341	12817	14862	16215	16731	18323	19840	19336	20629	20789	19073	17590	18783
PE-ITAMBE		2426	2179	2591	2563	2604	2571	2988	3221	3380	2722	3854	4102	3287	3446	3615
PE-ITAPISSUMA		2678	3328	2753	2901	3002	2991	3075	3447	4583	4635	6143	5360	4875	4976	3885
PE-PAULISTA		18344	20607	22810	22237	23473	24497	26169	33177	35335	33228	38382	38484	34676	30761	31634

Fonte: RAIS - Elaboração LABOR/UFRPE.

Tabela 4 - Municípios do Polo Goiana: Municípios Pernambucanos com menor volume de vínculo (2003-2017)



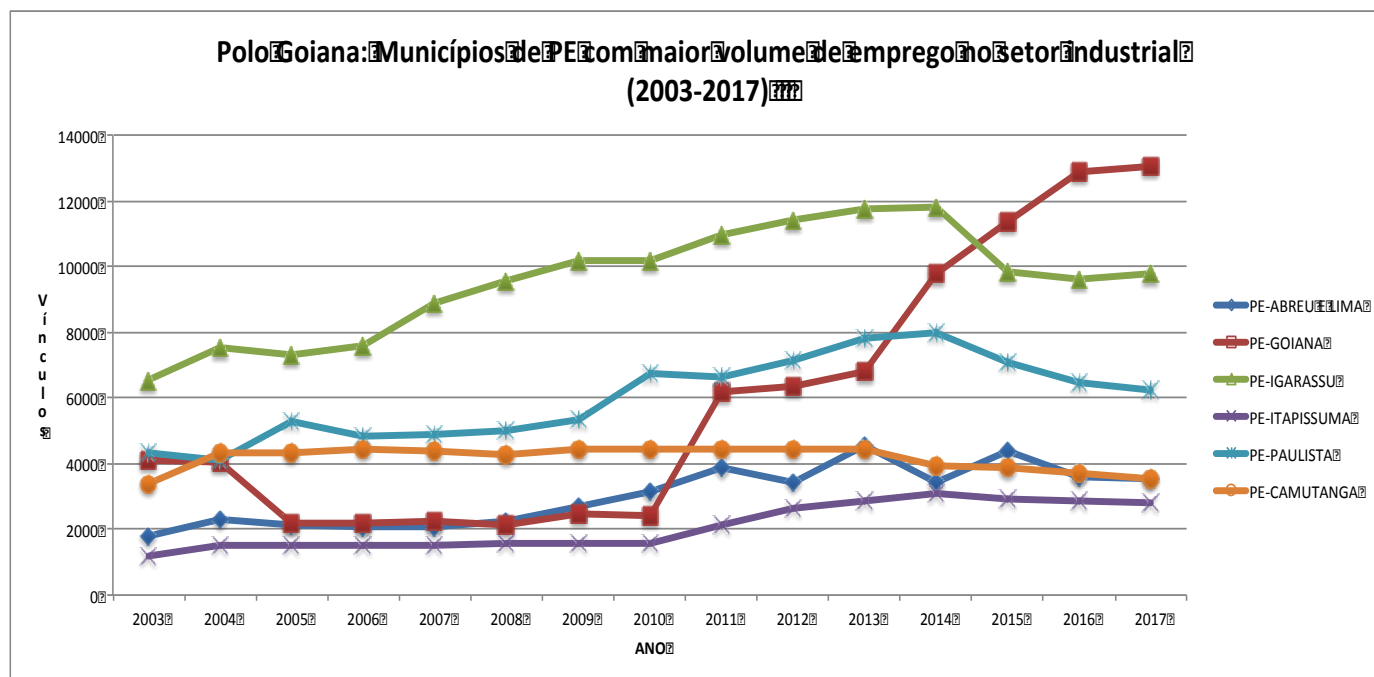
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PE-ABREU E LIMA	7769	7274	6771	6996	7673	6822	8726	9843	11505	10613	13742	11687	12751	10772	11060
PE-GOIANA	11638	12158	10398	11185	11703	11527	11951	12194	12766	13012	12549	19745	20227	20962	18891
PE-IGARASSU	10754	12172	12341	12817	14862	16215	16731	18323	19840	19336	20629	20789	19073	17590	18783
PE-ITAMBE	2426	2179	2591	2563	2604	2571	2988	3221	3380	2722	3854	4102	3287	3446	3615
PE-ITAPISSUMA	2678	3328	2753	2901	3002	2991	3075	3447	4583	4635	6143	5360	4875	4976	3885
PE-PAULISTA	18344	20607	22810	22237	23473	24497	26169	33177	35335	33228	38382	38484	34676	30761	31634

Fonte: RAIS - Elaboração LABOR/UFRPE.

Nas tabelas acima, é possível perceber os municípios do polo que apresentam maior e menor número de vínculos ao longo dos últimos anos. Mostrando Igarassu, Abreu e Lima e Goiana na liderança dos vínculos e Araçoiaba e Condado com os menores vínculos. Esses dados são referentes à vínculos de um modo geral, o que nos leva a necessidade de analisar especificamente os vínculos do setor industrial, como veremos a seguir na Tabela 5.

SETOR INDUSTRIAL

Tabela 5 - Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor industrial (2003-2017)



Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor industrial (2003-2017)															
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PE-ABREU LIMA	1799	2316	2145	2070	2093	2231	2716	3168	3874	3450	4555	3409	4371	3591	3530
PE-GOIANA	4110	4039	2201	2167	2265	2136	2450	2392	6174	6379	6813	9813	11390	12866	13029
PE-IGARASSU	6550	7512	7294	7570	8912	9564	10202	10183	10990	11399	11752	11835	9861	9623	9791
PE-ITAPISSUMA	1192	1543	1514	1500	1517	1596	1569	1584	2160	2637	2842	3098	2927	2887	2810
PE-PAULISTA	4344	4103	5274	4843	4914	4988	5318	6733	6654	7158	7845	7966	7067	6492	6219
PE-CAMUTANGA	3395	4335	4321	4442	4415	4276	4457	4470	4448	4453	4423	3921	3892	3737	3564

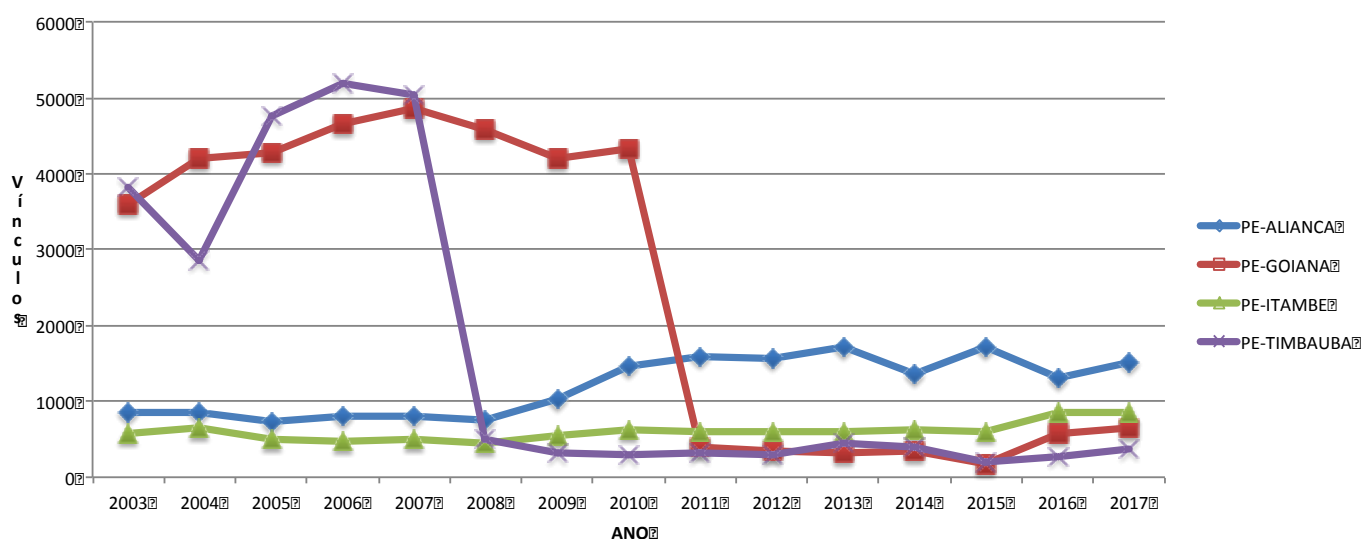
Fonte: RAIS - Elaboração LABOR/UFRPE.

Quando voltamos olhares para o setor industrial, vemos o município de Goiana/PE na liderança dos vínculos e em alto crescimento desde o ano de 2010. Se olharmos os anos anteriores, o número de vínculos no setor industrial revela uma região sem tradição nesse tipo de setor, confirmando nossa descrição anterior. Nesse sentido, pensamos ser relevante observar em comparativo a relação com outros setores, sendo eles agrícola, do comércio e de serviços.

SETOR AGRICULTURA

Tabela 6 - Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor agrícola (2003-2017)

Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor agrícola (2003-2017)



Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor agrícola (2003-2017)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PE-ALIANÇA	864	851	733	801	807	749	1033	1464	1593	1568	1713	1352	1705	1310	1509
PE-GOIANA	3596	4205	4287	4661	4866	4585	4193	4342	407	336	324	346	176	580	641
PE-ITAMBE	587	649	500	462	493	444	555	613	597	602	589	623	612	844	850
PE-TIMBAUBA	3818	2864	4756	5184	5047	504	309	308	318	302	447	386	201	277	368

Fonte: RAIS - Elaboração LABOR/UFRPE.

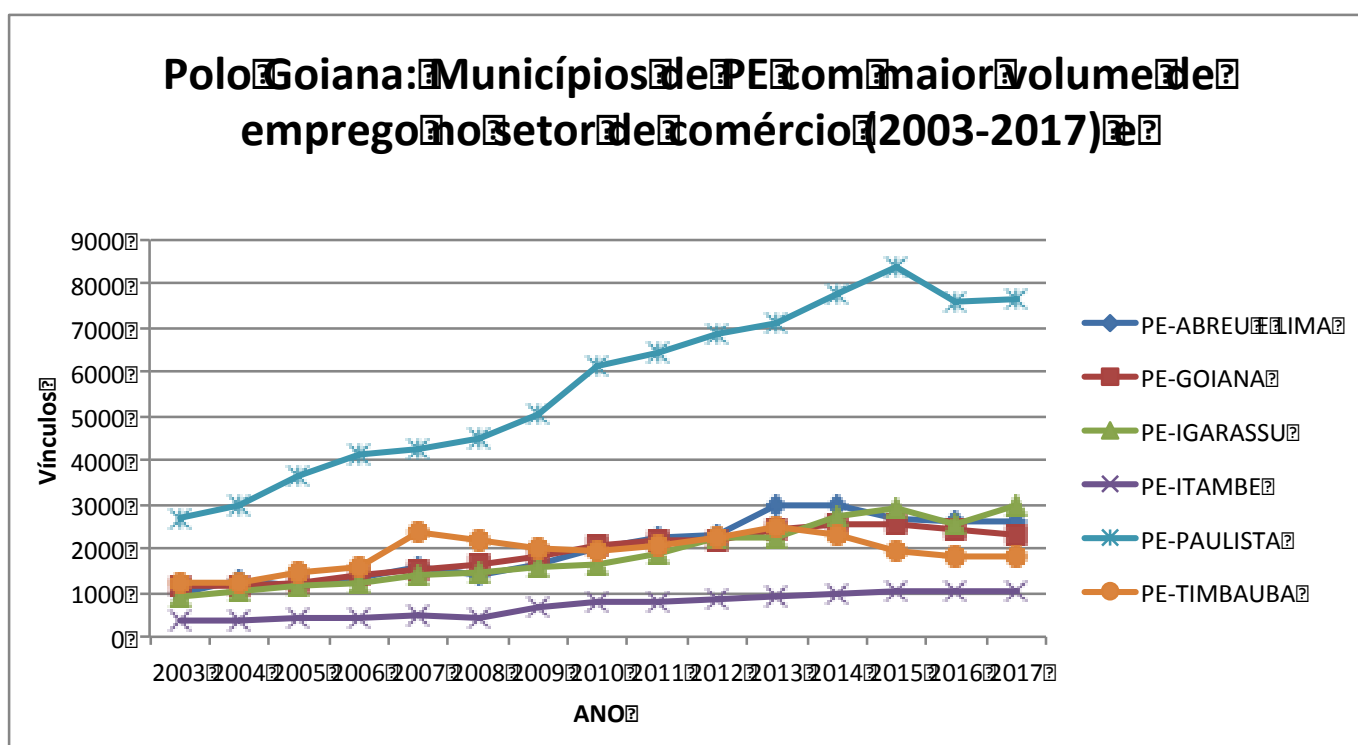
Aqui podemos perceber em que setor residia o número de empregos no município de Goiana antes da chegada do polo, no setor agrícola, fruto da experiência do território com o cultivo e comercialização da cana de açúcar, o que cai drasticamente. Esses dados revelam o nível de impacto e mudança de setores que a indústria trouxe para região, especialmente na experiência do trabalho.

Entretanto, as tabelas a seguir revelam o quanto o município de Goiana, foco central da pesquisa, não encontra no setor comercial nem no de serviços, grande destaque do ponto de vista dos vínculos empregatícios, o que reforça a transição massiva do setor agrícola, mais precisamente da experiência canavieira, para o setor industrial. Esse processo, remonta a crítica de Furtado (1984) sobre a ratificação das desigualdades que a implantação da empresa capitalista industrial num território sem nenhuma tradição nesse setor traz

consigo, uma vez que não se vincula ao território¹² e nesse sentido não consegue contribuir de maneira efetiva para um processo de homogeneização social.

SETOR COMERCIAL

Tabela 7 - Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor de comércio (2003-2017)



Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor de comércio (2003-2017)															
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PE-ABREU LIMA	984	1257	1130	1318	1592	1419	1658	2033	2261	2314	2950	2972	2695	2601	2624
PE-GOIANA	1137	1155	1208	1405	1548	1654	1846	2091	2175	2184	2455	2540	2562	2452	2322
PE-IGARASSU	883	1027	1164	1193	1381	1458	1609	1642	1865	2273	2251	2719	2894	2577	2959
PE-ITAMBE	336	368	407	428	507	399	664	773	771	836	894	958	1014	1039	1049
PE-PAULISTA	2693	3000	3642	4108	4273	4502	5057	6121	6458	6863	7075	7750	8397	7595	7673
PE-TIMBAUBA	1223	1236	1467	1606	2379	2199	2009	1964	2077	2232	2469	2291	1951	1839	1793

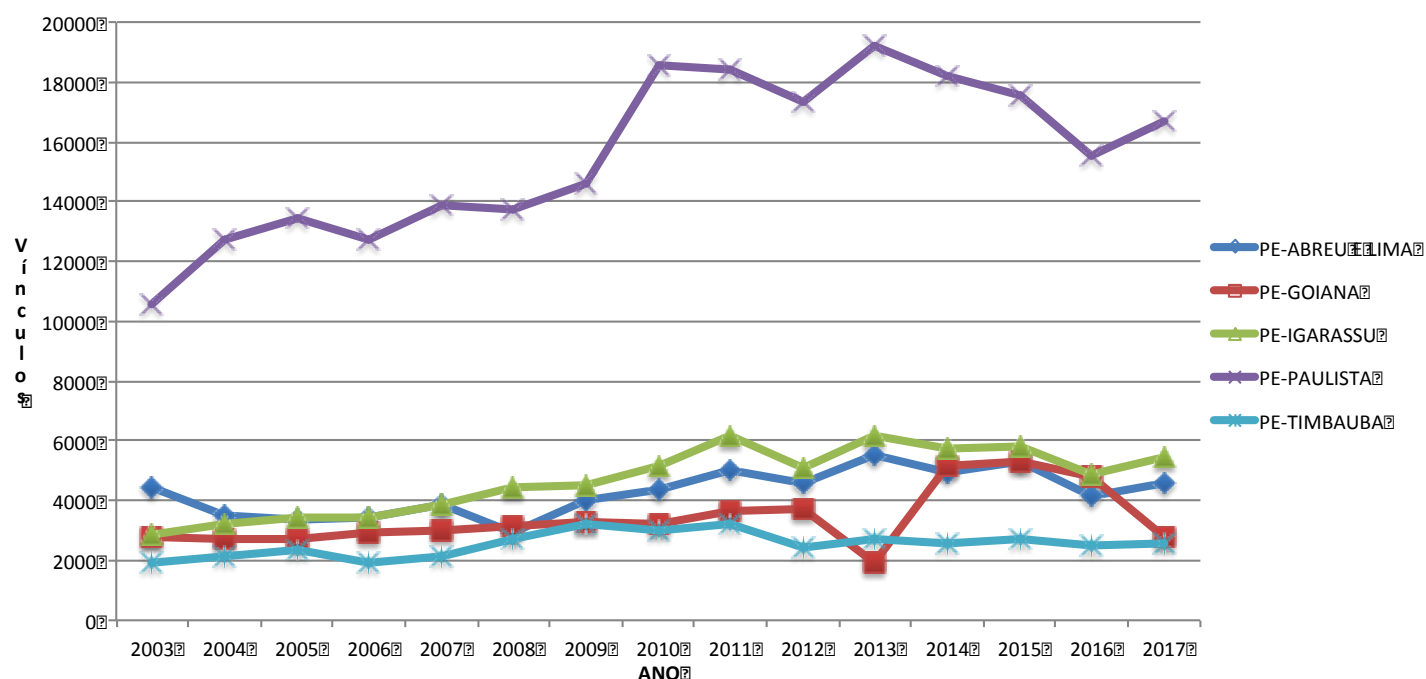
Fonte: RAIS - Elaboração LABOR/UFRPE

SETOR SERVIÇOS

Tabela 8 - Polo Goiana: Municípios de PE com maior volume de emprego no setor de serviços (2003 - 2017)

¹² O que é possível perceber também nas tabelas do setor comercial e de serviços (Tabelas 7 e 8), quando olhamos para o município de Goiana, que não apresenta um crescimento significativo no volume de empregos formais nesses setores, se comparado ao setor industrial. Ou seja, a indústria não se integra, não se vincula não estimula significativamente esses demais setores.

Polo Goiano: Municípios de PE com maior volume de empregos no setor de serviços (2003-2017)



Polo Goiano: Municípios de PE com maior volume de empregos no setor de serviços (2003-2017)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PE-ABREU LIMA	4416	3490	3370	3430	3858	2897	3979	4360	5025	4579	5547	4943	5291	4139	4623
PE-GOIANA	2752	2743	2679	2901	2992	3112	3307	3186	3657	3759	1926	5165	5341	4769	2810
PE-IGARASSU	2832	3224	3433	3466	3888	4412	4489	5168	6138	5108	6141	5760	5846	4869	5479
PE-PAULISTA	10544	12765	13459	12758	13903	13711	14613	18550	18409	17324	19189	18173	17550	15560	16709
PE-TIMBAUBA	1906	2118	2368	1890	2121	2695	3228	3030	3185	2411	2737	2584	2681	2501	2576

Fonte: RAIS. Elaboração: LABOR/UFRPE

Com as tabelas e dados expostos, buscamos reunir as bases factuais que denotam a capacidade das indústrias implantadas, especialmente no município de Goiana/PE, de transpor em poucos anos uma trajetória econômica agrícola. Essas transformações se relacionam com o escopo teórico do nosso trabalho, tanto do ponto de vista dos apontamentos de Furtado (1984), quando salienta a capacidade das industriais de gerar riqueza, mas por si só não conseguir se vincular a região e contribuir para um processo de homogeneização social, que também estava presente nas bases teóricas o neodesenvolvimentismo; quanto, consecutivamente, do ponto de vista dos apontamentos de Quijano (2000) ao rememorar a definição de Wallerstein de que a implementação de políticas de desenvolvimento, sob a ótica da modernidade e colonialidade, caracterizam-se não pelo desenvolvimento do lugar mas pela reprodução de um padrão de poder, ou seja, a produção das condições necessárias para atender as demandas do capitalismo e de suas elites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade em sua narrativa salvatória, disseminada, especialmente, através da colonização, estabelece a Europa enquanto centro da experiência humana mundial, ao passo que tudo que está para além do horizonte europeu, é estabelecido enquanto periferia, silenciando e negando as formas de vida e organização social existentes nos países determinados como periféricos. Assim, a modernidade é o ponto de partida para a constituição da colonialidade, de inúmeras formas de opressão subjacentes à sua lógica. É a colonialidade, que ao longo dos anos, apesar de findada a colonização, não só permanece como é reproduzida a partir do capitalismo e suas visões de mundo eurocentradas que definem e hierarquizam o que é desenvolvimento e apontam como se chegar até ele: a partir da importação das experiências econômicas, políticas, culturais e sociais das elites do capital.

O conceito de desenvolvimento surgido no pós-guerra é apenas mais um critério dentro da história de hierarquização de povos ao redor do mundo, a qual se iniciou na colonização ibérica, com o critério racial, mas que foi se sofisticando ao longo do tempo e ganhando novas nuances. O que não se modificou foi a periferização da América Latina e sua construção baseada, continuamente, na cópia de modelos e receitas criados externamente. Um dos exemplos disso, é o Novo desenvolvimentismo e o NDB, que reproduzem a ideia e políticas desenvolvimentistas só importadas na realidade dos países que o capitalismo estabelece enquanto desenvolvidos como visando transformar a realidade local na do exterior.

As consequências desse processo podem ser evidenciadas ao longo do presente trabalho a partir da recente industrialização do município de Goiana, fruto da implantação do “novo” desenvolvimentismo brasileiro na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Primeiramente, essas consequências possam pela ideia de pensar desenvolvimento a partir da implantação de adensamentos industriais sem nenhuma vinculação com a trajetória do município, historicamente marcado pelo cultivo e comercialização da cana-de-açúcar. A partir das contribuições de Celso Furtado e dos dados contidos nas tabelas apresentadas, é possível perceber que esse processo gera acúmulo de capital, mas não consegue, por si só, materializar, efetivamente, o slogan da geração de empregos e distribuição

de renda para os moradores do município. Segundo, essas consequências passam pela reprodução de um padrão de poder que é capitalista e consecutivamente colonial, uma vez que dissemina formas de dominação como a negação das especificidades históricas e econômicas locais visando o acúmulo de capital, caracterizando uma dimensão da colonialidade do poder.

É preciso dizer que assim como Celso Furtado não nega que a relevância econômica da industrialização, a decolonialidade não propõe a negação dos avanços da modernidade europeia, inclusive em termos científicos e tecnológicos, bem como das vantagens trazidas pelos projetos de infraestrutura. Afinal, “a integração democrática do mundo é, pelo contrário, um dos mais ilustres sonhos da espécie” (QUIJANO, 2002, p. 21). O que se propõe é o fim da linha para toda forma de totalitarismo eurocêntrico ou ocidental, ou de qualquer outro que queira surgir para definir o que é desenvolvimento e progresso.

Nesse sentido, trazer a decolonialidade para olhar Goiana nos proporcionou identificar que sim, é possível perceber a reprodução de um padrão de poder colonial na política industrial implementada no município. Uma caravela aporta no canal trazendo consigo suas iguarias: empresas multinacionais, algumas das quais trazem suas fábricas mais modernas do mundo e da América Latina para Goiana sob a promessa salvatória do desenvolvimento. Mas ao fazê-lo, trazem consigo também seu lado obscuro, negações às especificidades históricas locais, caracterizando um projeto desenvolvimentista colonial e por sua vez pensado de fora para dentro, imerso de encantamento com os ideários capitalistas e comprometido com os interesses de suas elites.

Posto isso, o presente trabalho pode oferecer possibilidades de pesquisas mais aprofundadas acerca das temáticas trabalhadas. Consideramos, então, que ele pode contribuir para a ampliação interpretativa da experiência industrial do município de Goiana, pensando-o não como fato isolado, local, ou recente, mas como fruto de demandas e tendências que remontam não só o capitalismo atual mas a racionalidade da modernidade e sua consecutiva colonialidade.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Brasil, sociedade nacional- dependente**. Novos estudos, n. 93, julho de 2012.

_____; GALA, Paulo. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, out/dez de 2010.

CASANOVA, Pablo González. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009

CASTELO, Rodrigo. (2012). **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

EISENSTADT, Shmuel. **Multiple modernities**. Dædalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences, 2000, p. 1-30.

EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA. **“Análise Participativa da Realidade Socioambiental de Goiana/PE”**. Disponível em: http://www.hemobras.gov.br/site/downloads/Socio_Ambiental.pdf . Acesso em: Janeiro de 2019.

ESCOBAR, Arturo. (1995). **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton, Princeton University Press.

FOLHA DE PERNAMBUCO. Hemobrás: novo parceiro pode acelerar conclusão das obras. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2019/02/19/NWS,96785,10,550,ECONOMIA,2373-HEMOBRAS-NOVO-PARCEIRO-PODE-ACELERAR-CONCLUSAO-DAS-OBRAS.aspx> . Acesso em: 24/03/2019.

FURTADO, Celso. (1984). **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965. Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

G1 GLOBO. Jeep inaugura fábrica que deve gerar 9 mil empregos até o fim do ano. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/pe-noticias/2015/04/jeep-inaugura-fabrica-que-deve-gerar-9-mil-empregos-ate-o-fim-do-ano.html>. Acesso em: 18/03/2019.

IANNI, Octavio. (1989). **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3a ed. rev. e aum. São Paulo: Ática.

JORNAL DO COMERCIO. Terceiro turno da fábrica da Jeep gera mais empregos em Pernambuco. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pe/pe-noticias/2018/03/23/terceiro-turno-da-fabrica-da-jeep-gera-mais-empregos-em-pernambuco-332625.php>. Acesso em: 18/03/2019.

KERSTENEZKY, Célia Lessa. **Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação?** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 220-254.

LADOSKY, Mario Henrique (2015). **Tradição e modernização das relações de classe em Goiana (PE)**.

LIRA, Bruno Freire. **(Novo) desenvolvimentismo brasileiro – do “novo” pacto do poder à manutenção do discurso econômico durante os dois governos Lula**. Recife, 2015.

LISBOA, Armando de Melo. **De América a Abya Yala: Semiótica da descolonização**. R. Educ. Públ. [online]. 2014, vol.23, n.53, supl.02, p. 501-531.

LISBOA, Armando de Melo. **Desenvolvimento: uma ideia subdesenvolvimento**. Revista Plural, n. 7, v. 5, p. 71-78, jan./jun. 1996.

MARTINS, Paulo Henrique et al. Modelos Alternativos de desenvolvimento. In: MARTINS, P. H.; SILVA, M. A.; LIRA, B. F.; LEÃO, E. L. S. (orgs.). **Guia Sobre Pós-Desenvolvimento e Novos Horizontes Utópicos**. Estudios Sociológicos Editora. Buenos Aires, Argentina, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento laminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. (2011). **COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. [online]. 2017, vol.32, n.94, e329402.

MILLER, J. **Goiana dos Caboclinhos**. Goiana-PE: Editora FASE Faculdade, 2010.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese de doutorado UNICAMP. Campinas, SP. 2010.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Desenvolvimento e Trabalho no Nordeste**: velha nova problemática. In NASCIMENTO, Ângela; LIMA, Marcos Costa (orgs.). **O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão**. Recife: Sudene, 2015.

OLIVEIRA, Valéria Costa Aldeci de. (2017). **DE MARISQUEIRAS A OPERÁRIAS: experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE**.

QUIJANO, Aníbal (1997). **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina** IN: Anuario Mariateguiano (Lima: Amauta) Vol. IX, Nº 9

_____. **Colonialidade do Poder e classificação social**. IN: SANTOS, B. S. de (org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. In: NOVOS RUMOS, ano 17, nº 37. São Paulo, 2002.

_____. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estud. av., Dez 2005, vol.19, no.55, p.9-31. 2005a.

_____. **El fantasma del desarrollo en América Latina** IN: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol 6, n. 2, 2000.

SALLUM JR., Brásilio. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. TempoSocial; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11(2): p. 23-47. 1999 (editado em fev. 2000).

SUDENE. **Referencial para um Projeto de Indústria Automobilística no Nordeste do Brasil**. Recife: SUDENE, julho de 1996.

TOLEDO, Pedro Henrique Vieira Martins (2013). **O GTDN e a SUDENE de Furtado no Desenvolvimento econômico do Nordeste: Concepção e realidade**.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de Sistema-mundo – Una introducción**. México: Ed. Siglo XXI, 2005.